

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Prezados Acionistas,

A administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas o Relatório de Administração e as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2017 foi um ano de grandes conquistas e importantes transformações para a Eletropaulo. Realizamos avanços significativos em nosso Plano Estratégico de Criação de Valor, que apresentamos ao mercado no início do ano, que possui como pilares: (i) Programa de Produtividade, (ii) Estrutura de Capital e Gerenciamento de Riscos e (iii) Governança Corporativa. Fortalecemos a nossa governança corporativa, com a migração para o Novo Mercado, segmento da B3 que reúne as empresas com os mais elevados padrões de governança.

A efetivação da migração, concluída em novembro, aumenta a capacidade de investimento necessária para o nosso crescimento à medida que facilita novas captações e a redução do custo de capital. Adicionalmente, potencializa a liquidez das ações, por meio da negociação de apenas ações ordinárias, aumentando também a atratividade para novos investidores e garantindo tratamento igualitário a todos os acionistas.

No curto prazo, essa transformação já trouxe efeitos positivos para a Eletropaulo. Em nosso Conselho de Administração, passamos a contar com 9 membros, sendo cinco independentes. Instituímos, ainda em 2017, os comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração: Remuneração e Pessoas, Auditoria e Partes Relacionadas. Esses órgãos contribuem diretamente para a melhoria da análise de temas, que aceleram a nossa capacidade de gerar valor.

Além disso, tivemos importantes evoluções nos outros dois pilares do nosso Plano Estratégico de Criação de Valor. Na frente do Programa de Produtividade, superamos a nossa meta de redução de despesas operacionais¹ de R\$ 200,0 milhões estipulada para o ano, alcançando R\$ 203,0 milhões, à medida que fomos mais eficientes em nossos processos. Com isso, continuamos trabalhando para melhorar nossos indicadores de qualidade, reduzir a inadimplência e atingir uma maior eficiência da nossa operação, com o compromisso de redução das despesas operacionais¹ de adicionais R\$ 150,0 milhões em 2018 e R\$ 100,0 milhões em 2019.

Para que estas ações fossem possíveis, levamos os investimentos para um novo patamar, totalizando, entre recursos próprios e de terceiros, mais de R\$ 1 bilhão no último ano. Nosso plano é investir um montante adicional de aproximadamente R\$ 4,9 bilhões, em termos nominais, no ciclo de 2018 até 2022, incluindo recursos próprios e de terceiros. O nosso foco é evoluir continuamente em busca da satisfação dos clientes, por meio da qualidade dos serviços que prestamos, sempre tendo em vista a produtividade e a eficiência operacional.

Os objetivos a longo prazo da Companhia são a satisfação do cliente e o retorno aos acionistas acima da média setorial (representado pelo Índice de Energia Elétrica - "IEE"). Alinhados a esses objetivos, a Companhia busca de maneira contínua a melhoria de sua gestão e está permanentemente atenta às oportunidades de resolução de contingências, e às possibilidades decorrentes da evolução tecnológica do setor. Desta forma, a Companhia aspira, no longo prazo, estar e manter-se na composição da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3; e estar entre as melhores empresas para se trabalhar no ranking *Great Place to Work*.

A Eletropaulo divulgou no início de 2017 seu Plano Estratégico de Criação de Valor baseado em 3 principais pilares que, juntos, visam aumentar o valor da Companhia para seus acionistas, sendo eles:

- (i) Programa de Produtividade, com foco na melhoria dos indicadores de qualidade, na gestão da receita e em eficiência devido à maior produtividade, que resultou na redução de despesas operacionais¹ de R\$ 203,0 milhões em 2017 e redução prevista de R\$ 150,0 milhões em 2018 e R\$ 100,0 milhões em 2019;
- (ii) Estrutura de Capital e Mitigação de Riscos, visando e redução da volatilidade por meio também da resolução de contingências; e
- (iii) Governança Corporativa.

Brítaldo Soares
 Presidente do Conselho de Administração

Charles Lenzi
 Diretor Presidente

PERFIL

A Eletropaulo é uma Companhia de capital aberto com ações listadas no mais alto nível de governança corporativa da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, o Novo Mercado, sendo a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida², estando presente em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país.

A área de concessão, de 4.526 km², concentra o maior PIB nacional e a mais alta densidade demográfica do país, com 1.581³ unidades consumidoras por km², o que corresponde a 33,3% do total de energia elétrica consumida no Estado de São Paulo e 9,3%⁴ do total do Brasil.

Para cumprir com excelência o desafio de atender aproximadamente 18 milhões de pessoas todos os dias, a Eletropaulo está permanentemente comprometida em prestar serviços sempre melhor e de forma mais rápida. A Companhia está sempre preocupada em ouvir e entender seus clientes, mantendo um diálogo sempre aberto com todos os seus públicos. A Eletropaulo é consciente da importância do seu papel no desenvolvimento do país e da sua relação de equilíbrio com o meio ambiente do qual depende.

Para atender à demanda de aproximadamente 7,2 milhões de unidades consumidoras, a Eletropaulo, que conta com 7.355 colaboradores próprios, dispõe de uma infraestrutura formada por 156 subestações (sendo 144 estações transformadoras de distribuição, 8 estações do sistema de distribuição e 4 estações transformadoras subterrâneas de distribuição) e uma malha de distribuição e subtransmissão, cabos aéreos e subterrâneos, de mais de 43 mil quilômetros, dos quais 1.876 km são linhas de subtransmissão, 2.306 km são redes de distribuição subterrâneas e 39.250 km referem-se a redes de distribuição aérea. A Companhia também possui mais de 210 mil transformadores de distribuição aéreos e subterrâneos.

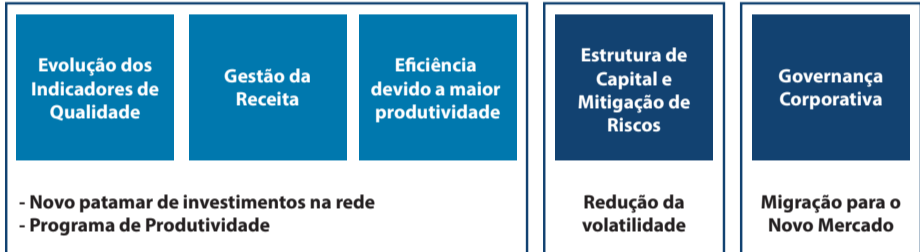
Planejamento Estratégico Sustentável

A estratégia da Eletropaulo está orientada por uma missão que visa promover o bem-estar e o desenvolvimento por meio do fornecimento seguro, sustentável e confiável de soluções de energia.

Os objetivos a longo prazo da Companhia são a satisfação do cliente e o retorno aos acionistas acima da média setorial (representado pelo Índice de Energia Elétrica - "IEE"). Alinhados a esses objetivos, a Companhia busca de maneira contínua a melhoria de sua gestão e está permanentemente atenta às oportunidades de resolução de contingências, e às possibilidades decorrentes da evolução tecnológica do setor. Desta forma, a Companhia aspira, no longo prazo, estar e manter-se na composição da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3; e estar entre as melhores empresas para se trabalhar no ranking *Great Place to Work*.

A Eletropaulo divulgou no início de 2017 seu Plano Estratégico de Criação de Valor baseado em 3 principais pilares que, juntos, visam aumentar o valor da Companhia para seus acionistas, sendo eles:

- (i) Programa de Produtividade, com foco na melhoria dos indicadores de qualidade, na gestão da receita e em eficiência devido à maior produtividade, que resultou na redução de despesas operacionais¹ de R\$ 203,0 milhões em 2017 e redução prevista de R\$ 150,0 milhões em 2018 e R\$ 100,0 milhões em 2019;
- (ii) Estrutura de Capital e Mitigação de Riscos, visando e redução da volatilidade por meio também da resolução de contingências; e
- (iii) Governança Corporativa.



Acordo Eletrobras

Na esfera Estrutura de Capital e Gerenciamento de Riscos do Plano Estratégico de Criação de Valor, destaca-se a celebração de um acordo a Eletrobras - Centrais Elétricas S.A. ("Eletrobras") - ("Acordo Eletrobras") visando encerrar a disputa judicial (processo nº 00100219.1989.8.19.0001 - "Processo Judicial") que envolve a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP") e a Companhia, quanto à responsabilidade pelo pagamento do saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa ("Contrato"), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Eletropaulo e a CTEEP atuais.

No âmbito desse acordo, a Companhia se comprometeu a desembolsar R\$ 1.500,0 milhões, com a finalidade de quitar o débito oriundo do Processo Judicial, objeto da ação de cobrança, ora em fase de liquidação, da seguinte forma: R\$ 1.400,0 milhões em favor da Eletrobras e R\$ 100,0 milhões em favor dos advogados indicados pela Eletrobras, relativamente a honorários de sucumbência.

O valor a ser pago à Eletrobras será quitado da seguinte forma:

- Pagamento de R\$ 250,0 milhões a ser realizado após trânsito em julgado da homologação judicial dos Acordos com Eletrobras e com os advogados, o que ocorrer por último;
- Pagamento de 3 parcelas anuais de R\$300,0 milhões, sendo a primeira parcela 12 meses após o pagamento da primeira parcela descrita anteriormente;
- Pagamento da última parcela de R\$250,0 milhões, 48 meses após o pagamento da primeira parcela.

Os valores serão atualizados, a partir de 31 de janeiro de 2018, por CDI + 1% na efetiva data de pagamento de cada parcela.

O valor a ser pago aos advogados será quitado da seguinte forma:

- Pagamento de 50% após o trânsito em julgado da homologação judicial dos Acordos com Eletrobras e com os advogados, o que ocorrer por último; e
- Pagamento do saldo remanescente ao final de 60 meses após o pagamento da primeira parcela.

Os valores serão atualizados, a partir de 31 de janeiro de 2018, por CDI + 1% na efetiva data de pagamento de cada parcela.

A eficácia do acordo ainda está sujeita ao trânsito em julgado da sua homologação judicial perante o Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, o que dará ensejo ao encerramento do processo judicial e contribuirá para a estratégia de recuperação de valor da Companhia.

CONTEXTO SETORIAL

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema ("ONS"), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional ("SIN"); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

Tarifas e Modelo Tarifário

As tarifas de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticadas pela Companhia na distribuição de energia a consumidores finais, são determinadas de acordo com o contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. A tarifa considera três custos distintos: (i) energia gerada; (ii) transporte de energia até as unidades consumidoras e (iii) encargos setoriais.

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente a partir de uma fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Essa fórmula considera o repasse dos chamados pela ANEEL custos "não gerenciáveis" (Parcela A - encargos setoriais, custos de compra de energia para revenda e custos de transmissão) e corrige os "custos gerenciáveis" da concessionária (Parcela B - despesas operacionais, remuneração dos ativos e depreciação) pelo IGP-M dos 12 meses anteriores à data-base do seu reajuste, deduzidos de um índice de ganho de produtividade, denominado "Fator X". Além do reajuste anual, as tarifas são revistas periodicamente e tem o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro estabelecido no contrato de concessão. No caso da Eletropaulo, a revisão tarifária ocorre a cada quatro anos.

Dentre os principais pontos que são considerados pela ANEEL na metodologia de revisão tarifária estão a avaliação da base de ativos, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, a depreciação repassada às tarifas e o custo médio de capital ("WACC") que, aplicado sobre a base de ativos, determina a remuneração da Companhia. A quinta revisão tarifária terá como data-base julho de 2019.

Reajuste Tarifário Anual

A ANEEL, em Reunião Pública de Diretoria que ocorreu em 27 de junho de 2017, homologou o resultado do reajuste tarifário anual de 2017, com aplicação a partir de 4 de julho de 2017. O índice de reajuste tarifário teve um efeito médio percebido pelos consumidores de 4,48% como detalhado a seguir.

A Parcela A foi reajustada em 5,62%, representando 4,39% no reajuste econômico, afetado principalmente pelo Encargo de Transmissão (+7,1%).

A Parcela B foi reajustada em 0,98%, representando uma participação de +0,21% no reajuste econômico. Tal reajuste é composto pelo IGP-M de -0,30% no período de 12 meses findos em junho de 2017 acrescido pelo Fator X de +1,28%, que é composto pelos ganhos de produtividade ("Fator Xp") de 1,13% e do componente de trajetória de custos operacionais ("Fator Xt") de -2,37%, previamente definidos na Quarta Revisão Tarifária Periódica ("4RTP"), além do componente de qualidade de serviço ("Fator Xq") de -0,04%.

O índice de reajuste tarifário foi de 4,48% (efeito médio a ser percebido pelo consumidor), sendo composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário		
	Encargos Setoriais	-3,79%
	Energia Comprada	1,07%
	Encargos de Transmissão	7,11%
Parcela A	Parcela A	4,39%
Parcela B		0,21%
Reajuste Econômico		4,60%
CVA Total		-5,59%
Outros Itens Financeiros da Parcela A		6,56%
Reajuste Financeiro		0,97%
Reajuste Total		5,57%
Componentes Financeiros do Processo Anterior		-1,09%
Efeito para o consumidor		4,48%

Bandeiras Tarifárias

A partir de janeiro de 2015, passou a vigorar o sistema de Bandeiras Tarifárias. Criado pela ANEEL, o sistema de bandeiras tarifárias sinaliza o custo real da energia gerada, incentivando os consumidores o uso consciente da energia elétrica. Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), tal sistema estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, de acordo com o Custo Variável Unitário da última usina a ser despachada no sistema. Os valores cobrados ao longo de 2017 estão demonstrados na imagem a seguir:

Vigência Fevereiro/16 a Janeiro/17		Vigência a partir de Fevereiro/17		Vigência a partir Novembro/17	
Bandeira	Tarifa	Bandeira	Tarifa	Bandeira	Tarifa
Verde	Sem custo	Verde	Sem custo	Verde	Sem custo
Amarela	Aumento de R\$15/MWh	Amarela	Aumento de R\$20/MWh	Amarela	Aumento de R\$10/MWh
Vermelha (patamar 1)	Aumento de R\$30/MWh	Vermelha (patamar 1)	Aumento de R\$30/MWh	Vermelha (patamar 1)	Aumento de R\$30/MWh
Vermelha (patamar 2)	Aumento de R\$45/MWh	Vermelha (patamar 2)	Aumento de R\$35/MWh	Vermelha (patamar 2)	Aumento de R\$50/MWh

Em 24 de outubro de 2017, a ANEEL aprovou em reunião pública de Diretoria, a abertura da audiência pública nº 061/17 para discussão de revisão da metodologia das bandeiras tarifárias e dos valores de suas faixas de acionamento. A proposta era de que novos valores valessem a partir de novembro de 2017. De acordo com tal audiência pública os adicionais foram definidos em:

- (i) Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- (ii) Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 10/MWh;
- (iii) Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 30/MWh; Patamar 2: acréscimo de R\$ 50/MWh.

A referida audiência pública foi encerrada no final de 2017 e encontra-se em fase de análise pela ANEEL.

As bandeiras tarifárias que vigoraram ao longo de 2016 e 2017, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir.

2016	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Bandeira Tarifária		Patamar 1										
CVU - R\$/MWh	595,11	556,26	249,83	303,49	210,35	259,43	134,88	113,60	125,27	195,63	224,42	169,54

CVU: Custo variável da última térmica despachada (fonte: ANEEL)

2017	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro*	Dezembro*
Bandeira Tarifária				Patamar 1	Patamar 1			Patamar 1		Patamar 2	Patamar 2	Patamar 1
CVU/PLD gatilho R\$/MWh	128,65	179,74	279,04	426,99	447,61	155,85	237,71	513,51	411,92	698,14	533,82	201,51

CVU: Custo variável da última térmica despachada, válido de janeiro/17 a outubro/17 e dezembro/17 (fonte: ANEEL)

Cabe destacar que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são compartilhados entre elas por meio da CCRBT ("Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária") administrada pela CCEE. Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando (i) os custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora; e (iii) a arrecadação de recursos financeiros por meio do faturamento das Bandeiras Tarifárias.

Tarifa Branca

A Tarifa Branca é uma nova opção de tarifa que sinaliza aos consumidores a variação do valor da energia conforme o dia e o horário do consumo. Ela é oferecida para as unidades consumidoras que são atendidas em baixa tensão (abaixo de 2.300 volts, denominadas como grupo B) e para aquelas pertencentes ao grupo "A", optantes pela tarifa de baixa tensão. A partir do dia 1º de janeiro de 2018, todas as distribuidoras do país devem atender aos pedidos de adesão à Tarifa Branca das novas ligações e dos consumidores com média mensal superior a 500 kWh. Em 2019, unidades com consumo médio superior a 250 kWh/mês e, em 2020, para os consumidores de baixa tensão, qualquer que seja o consumo. Para isso, a Companhia tomou as medidas necessárias para a adequação de seus sistemas, procedimentos técnicos e aquisição de equipamentos ainda no ano de 2017.

Os consumidores que decidirem aderir ao programa de Tarifa Branca terão a possibilidade de pagar diferentes valores na tarifa em função da hora e dia que consumirem energia elétrica. Neste caso, o consumo de energia fora do horário de ponta ficará mais barato enquanto o consumo nos demais horários intermediários ficará mais caro. O consumidor que conseguir alocar seu maior consumo em horário fora de ponta, conseguirá se beneficiar desta nova tarifa. A Companhia ainda avalia os impactos da implementação desta nova regulamentação, como investimentos em novos medidores e baixa do Imobilizado.

Revisão - WACC Regulatório

As discussões dos novos parâmetros do WACC regulatório aplicável às companhias de distribuição para aplicação nas revisões tarifárias entre janeiro/2018 e dezembro/2020 têm como objetivo obter contribuições quanto à atualização do cálculo. A atualização dos parâmetros representa uma etapa intermediária entre revisões metodológicas. Em 16 de novembro de 2017 a ANEEL instaurou a Audiência Pública nº 066/2017 com vistas a obter subsídios e informações adicionais para a revisão WACC.

Como resultado da referida Audiência Pública, em Reunião Pública realizada no dia 6 de março de 2018, a diretoria da ANEEL aprovou a manutenção do WACC regulatório no patamar de 8,09%, até 31 de dezembro de 2019, e opinou por abrir nova audiência pública para discussão de metodologia de cálculo de WACC.

Resultado - Consulta Pública 33

Em 3 de julho de 2017, o MME anunciou uma série de alterações propostas em relação à legislação do setor elétrico. Segundo o MME, o principal objetivo destas medidas seria, entre outros pontos: (i) redução dos riscos para as distribuidoras; (ii) fortalecimento do mercado livre ao reduzir as barreiras de migração; (iii) redução de subsídios e (iv) respeito aos contratos vigentes. Após avaliação das contribuições da sociedade, o MME publicou em 9 de fevereiro de 2018 as propostas finais que compõem o Projeto de Lei enviado à Casa Civil da Presidência para, encaminhamento e deliberação pelo Congresso Nacional.

Dentre as alterações propostas, que a Companhia entende como positivas, podem ser destacadas: (i) o objetivo do governo federal em reduzir os riscos para distribuidoras, na medida em que passaria, entre outros pontos, a considerar como involuntária a sobrecontratação relacionada a migração de clientes para o mercado livre, protegendo a remuneração das empresas de distribuição; (ii) modernização do Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") com o aprimoramento e ampliação dos mecanismos de transferência para que os distribuidores de energia comercializem contratos de eletricidade; (iii) a tarifação horária, que permite tarifação distinta de acordo com os diferentes horários de consumo; (iv) a redução da base de cálculo de multas administrativas que passam a ter como referência o benefício econômico da distribuição, e não o faturamento; (v) a possibilidade da adoção de modalidade de consumo pré-pago, no caso de inadimplência recorrente; (vi) nova regra de ressarcimento de encargos que passa a ser responsabilidade de todos os consumidores, incluindo autoprodutores, que hoje contam com incentivo regulatório decorrente de isenções; (vii) repactuação do risco hidrológico e da indenização das transmissoras sem impactos tarifários para os consumidores; e (viii) fim do regime de cotas.

EFICIÊNCIA COMERCIAL

Foco no Cliente

A Eletropaulo tem a responsabilidade e o compromisso de prestar um serviço de qualidade e garantir a satisfação de seus clientes, sendo essa a base dos objetivos de longo prazo de seu Planejamento Estratégico Sustentável. Um dos métodos para atingir a melhoria na satisfação do cliente é a realização de pesquisas, para avaliar os processos da companhia. Esta pesquisa é realizada em parceria com a ABRADEE (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), por meio de entrevistas realizadas na área de concessão da Eletropaulo.

A tabela a seguir apresenta a evolução do Índice de Satisfação da Companhia:

Índice de Desempenho	Meta 2017	2017	2016
Índice de Satisfação de Clientes	79,60%	74,90%	74,70%

Em 2017, a Eletropaulo atingiu 74,9% no Índice de Satisfação de Qualidade Percebida pelos clientes residenciais ("ISQP"), evolução de 0,2 p.p. quando comparado ao resultado de 2016, 74,7%. As áreas de qualidade que mais apresentaram evolução foram as de "Informação e Comunicação" e "Fornecimento" que apresentaram crescimento de 0,7 p.p. e 0,6 p.p., respectivamente. Entre melhorias na percepção dos clientes nas áreas relacionadas a fornecimento é reflexo do novo patamar de investimentos e das ações voltadas para a Recuperação dos Indicadores de Qualidade divulgadas no início de 2017. Um dos grandes avanços realizados foi o lançamento do portal de obras e investimentos⁵, onde o cliente pode consultar de forma transparente, por meio de um mapa, os locais onde a Companhia está realizando obras e para onde estão sendo direcionados os investimentos, além de ser possível verificar o tipo de obra está sendo feita na região, assim como a programação de interrupções para manutenções quando necessário.

Transformação Digital do Atendimento

Em linha com os objetivos estratégicos definidos, a Companhia vem se adaptando rapidamente aos novos hábitos de seus clientes visando aumentar a satisfação, por meio de soluções tecnológicas que oferecem comodidade, acessibilidade e resolutividade em suas solicitações.

Atualmente, 77% das solicitações são realizadas por meio dos canais digitais e em busca da excelência nesta experiência, foi iniciado em 2017 o Programa de Transformação Digital do Atendimento que visa a inovação dos canais tradicionais e oferta de serviços inovadores. Nesse sentido já foram disponibilizados aos clientes dois novos serviços com processos automatizados e de respostas online: transferência de responsabilidade e religação.

Para que esta transformação aconteça de acordo com as necessidades dos clientes, a Eletropaulo tem feito parceria com empresas de consultoria tecnológica, design e inovação.

Em 2018, serão implementadas ferramentas tecnológicas com inteligência artificial que facilitem a comunicação do cliente com a empresa, como *chatbot* (programa de computador que tenta simular um ser humano na conversação com as pessoas) e URA (Unidade de Resposta Auditiva) visual.

Para a garantia de um atendimento resolutivo e com maior eficiência entre os diversos canais, será implementada a solução de *omnichannel* em todos canais, plataforma de integração de todos os canais, permitindo que o cliente não precise iniciar novamente o atendimento realizado anteriormente, sendo nas lojas, call center ou por meio eletrônico.

Ações de Negociação

O aumento das tarifas ocorrido em 2015 e a situação econômica do país contribuíram para o aumento da inadimplência. Para mitigar o impacto das ações de cobrança, a Eletropaulo intensificou as frentes para o esclarecimento de dúvidas sobre o tema e ações para facilitar o pagamento.

Dentre essas ações destaca-se o lançamento do portal de negociação⁶ para os clientes da Eletropaulo no primeiro trimestre de 2017 ("1T17"), oferecendo mais praticidade, agilidade e condições diferenciadas para negociação de dívidas. No acumulado do ano, foram realizadas 219,4 mil negociações, as quais totalizaram R\$ 128 milhões negociados.

Nesse período também foi dada continuidade aos feirões de negociação, que são eventos em que os clientes podem negociar os débitos pendentes junto à empresa e obter descontos e opções de parcelamento. Em 2017, foram realizados nove feirões de negociação. O resultado destes feirões neste período somou R\$ 7,8 milhões negociados através de 2.539 acordos, em comparação a R\$ 3,8 milhões no ano anterior, e pode ser percebido na redução dos níveis de PECLD (Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa).

A Eletropaulo também investiu em ações de comunicação com os clientes, por meio de: (i) campanhas de marketing, utilizando SMS e e-mail marketing; (ii) reforço do tema nas redes sociais; (iii) divulgação nos canais de comunicação (conta de luz, cartazes em lojas, entre outros).



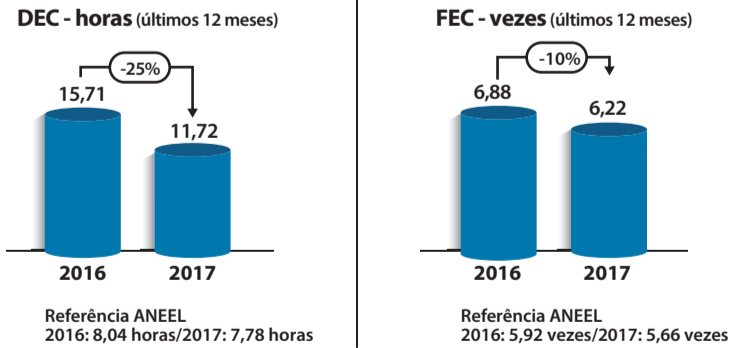
Indicadores de Qualidade

Os critérios de cálculo do DEC ("Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora") e FEC ("Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora"), definidos pela ANEEL, consideram as interrupções acima de três minutos e, desse resultado, são expurgados os dias com volume atípico de ocorrências.

As compensações aos clientes pelas transgressões aos limites de DEC e FEC são definidas pela ANEEL para a distribuidora e seu pagamento se dá com base nos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI; o ressarcimento ocorre diretamente ao cliente. As metas para estes indicadores são individuais e levam em consideração tanto a característica da instalação do cliente (alta, média ou baixa tensão) como a localização geográfica da instalação.

O indicador FEC do ano de 2017 foi de 6,22 vezes, uma redução de 9,6% em comparação ao indicador de 2016, de 6,88 vezes. Já o indicador DEC, apresentou redução de 25,4%, ou 3,99 horas, totalizando 11,72 horas em 2017. Essas reduções refletem o grande investimento em novas subestações, modernização de alimentadores através de larga aplicação de rede compacta (*spacer cable*) que permite melhor convivência com contatos acidentais e temporários de galhos de árvore com os cabos de média tensão, automação da rede, o aumento das ações de manutenção programada e de poda preventiva, além das melhorias nos processos de despacho de equipes de manutenção.

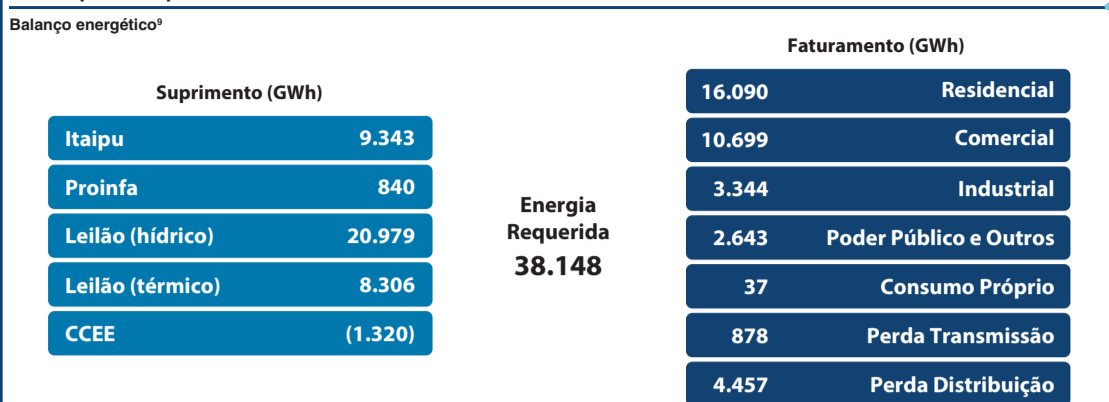
Os gráficos a seguir demonstram a variação dos indicadores DEC e FEC entre os períodos de 2016 e 2017.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

EFICIÊNCIA OPERACIONAL, ECONÔMICA FINANCEIRA

Desempenho Operacional



A Eletropaulo encerrou o ano de 2017 com um nível de contratação de energia equivalente a 103,5% da sua carga cativa, dentro do limite regulatório de 105%. As sobras de energia (superavit) de 1.320 GWh acumuladas foram vendidas na CCEE.

Sobrecontratação de Energia

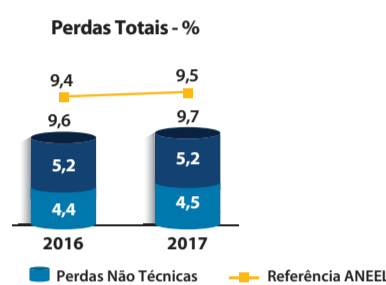
Em relação à energia contratada no Leilão A-1 de 2015, cabe ressaltar que, em cumprimento à regulação vigente a época, a Companhia declarou compulsoriamente o mínimo obrigatório de 96% do volume da energia vinculado ao contrato bilateral com a AES Tietê, com a ressalva, em sua declaração, de que a mesma excedia a sua necessidade. No dia 2 de agosto de 2016, foi publicado o Decreto 8.828, foi publicado o Decreto 5.163 de 2004, que retirou a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Eletropaulo em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Em relação à migração de consumidores especiais, seguindo orientações dadas em Reunião de Diretoria da ANEEL, a Companhia apresentou em julho de 2016 pedido administrativo de equiparação à tratativa existente para os clientes convencionais, com consequente reconhecimento de sobrecontratação involuntária. Também protocolou pedido administrativo para reconhecimento da compra compulsória de energia no leilão A-1 e consequente sobrecontratação involuntária. Conforme decisão da ANEEL de 25 de abril de 2017, a sobrecontratação involuntária devida a ambos os casos não foi reconhecida no caso genérico e será analisada individualmente considerando o esforço de cada concessionária na redução do montante sobrecontratado.

Por meio de uma série de iniciativas de gestão, incluindo negociações bilaterais de acordos com geradores de energia (aproximadamente 52 acordos ao longo de 2017 e 46 acordos ao longo de 2016) e participação em 17 leilões e mecanismo de compensação de déficit (7 em 2016 e 10 em 2017), a Companhia reduziu seu nível de sobrecontratação, conforme demonstrado a seguir:

- (i) Ano de 2016: redução de 116%¹⁰ para 110,3%, sendo o impacto acima do limite de 105% equivalente a R\$ 90,1 milhões (R\$ 106,1 milhões atualizado pela SELIC até 31 de dezembro de 2017), caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL;
- (ii) Ano de 2017: redução de 113%¹¹ para 103,5%, dentro do limite regulatório;
- (iii) Ano de 2018: redução de 107,3%¹² para 102,5%, dentro do limite regulatório.

Perdas (%) - (últimos 12 meses)



Perdas Técnicas: Valores calculados pela Companhia para torná-los comparáveis ao referencial para perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão determinado pela ANEEL.
Referência ANEEL: Referência de perdas para o ano regulatório normalizada para o ano civil.

As perdas totais apuradas nos últimos 12 meses foram de 9,7%, sendo divididas entre perdas técnicas (5,2%) e não técnicas (4,5%). Em comparação com 2016, as perdas totais apresentaram um leve aumento de 0,1 p.p, ainda resultado dos aumentos tarifários de 2015 e do cenário econômico que o país vem enfrentando.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se:

- (i) inspeções de fraude;
- (ii) programa de recuperação de instalações cortadas;
- (iii) regularização de ligações informais; e
- (iv) redução de perdas administrativas.

Em 2017, as iniciativas de combate a perdas acrescentaram ao mercado faturado 815,5 GWh, ante 673,6 GWh em 2016. Este montante está dividido da seguinte forma:

- (i) R\$ 90,2 milhões (250,6 GWh) em 2017 em decorrência das inspeções de combate à fraude;
- (ii) R\$ 45,0 milhões (111,1 GWh) em 2017 com a regularização de ligações informais;
- (iii) R\$ 36,5 milhões (90,0 GWh) em 2017 com a recuperação de clientes cortados;
- (iv) R\$ 124,2 milhões (307,3 GWh) em 2017 com redução de perdas administrativas;
- (v) R\$ 22,9 milhões (56,4 GWh) em 2017 com o faturamento de energia retroativa de consumo irregular.

Consumo

Em 2017, o mercado total da área de concessão da Eletropaulo totalizou 42.982,0 GWh, em linha com o valor reportado em 2016. Considerando a mesma base de comparação, a classe residencial cresceu 1,0% e a comercial 0,6%, ao passo que a industrial e as demais classes registraram retrações de 0,6% e de 0,8%, respectivamente. A expansão mais modesta no consumo no ano refletiu os efeitos da economia, cuja recuperação da recessão tem ocorrido de modo moderado e desigual entre os setores.

O mercado cativo totalizou 32.776,4 GWh, uma retração de 4,9% ante 2016. Dentre os principais fatores que influenciaram esse resultado, destacam-se: i) efeitos da migração de clientes para o Ambiente de Contratação Livre ("ACL") (-2.044,0 GWh) e de retorno ao ACR (+14,7 GWh); (ii) dias a mais na escala de faturamento entre classes (0,7 dia, ou +17,5 GWh). Quando ajustados esses efeitos, o mercado cativo teria um crescimento de 0,9%. Já o mercado livre totalizou 10.205,6 GWh em 2017, um aumento de 22,0% comparado ao ano de 2016, refletindo a migração de 352 e 296 clientes para o ambiente de contratação livre em 2016 e 2017, respectivamente.

Consumo - GWh	2017	2016	Variação (%)
Residencial	16.090,1	15.930,0	1,0%
Comercial	10.698,9	11.757,8	-9,0%
Industrial	3.343,9	4.055,5	-17,5%
Demais	2.643,5	2.720,3	-2,8%
Mercado Cativo	32.776,4	34.463,6	-4,9%
Clientes Livres	10.205,6	8.362,1	22,0%
Mercado Total	42.982,0	42.825,7	0,4%

Consumo total - GWh (inclusive Clientes Livres)	2017	2016	Variação (%)
Residencial	16.090,1	15.930,0	1,0%
Comercial	14.261,3	14.177,4	0,6%
Industrial	8.610,7	8.664,3	-0,6%
Demais	4.019,8	4.054,0	-0,8%
Total	42.982,0	42.825,7	0,4%

Não inclui Consumo Próprio; Dados de 2016 consideram consumo dos serviços de condomínio na classe comercial

Desempenho Econômico Financeiro

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 21.661,4 milhões em 2017, um aumento de 5,6% ou R\$ 1.151,1 milhões quando comparado a 2016. Essa variação pode ser explicada por (i) constituição de um Ativo Financeiro Setorial no montante de R\$ 1.216,2 milhões representando uma variação de R\$ 2.351,4 milhões quando comparado ao Passivo Financeiro Setorial constituído em 2016, principalmente, em função dos maiores custos com compra de energia, refletindo a piora das condições hidrológicas, (ii) aumento de R\$ 290,1 milhões com faturamento com Bandeira Tarifária, parcialmente compensado pelo menor faturamento (ex-bandeira tarifária) no montante de R\$ 1.459,4 milhões devido, principalmente, ao menor consumo faturado das classes comercial e industrial.

Deduções da Receita e Receita Operacional Líquida

Em 2017, as deduções da receita operacional totalizaram R\$ 8.492,9 milhões, redução de R\$ 357,5 milhões ou 4,0% em função, principalmente, (i) de menores encargos da CDE¹³ no montante de R\$ 420,2 milhões, acrescidos da (ii) redução de R\$ 374,5 milhões de ICMS e PIS/COFINS, em função principalmente, da alteração na regra de tributação do PIS/COFINS excluindo o ICMS-ST da base de cálculo destas deduções (clientes ACL, parcialmente compensado por (iii) maiores encargos da CCRBT no montante de R\$ 403,4 milhões.

Considerando essas variações, a Companhia registrou uma receita operacional líquida de R\$ 13.168,5 milhões em 2017, um aumento de R\$ 1.508,6 milhões ou 12,9% comparado à receita líquida de R\$ 11.659,9 milhões registrada em 2016.

Receita Operacional - R\$ milhões	2017	2016	Variação (%)
Receita de Fornecimento	10.605,1	11.000,8	-3,6%
Outras Receitas	9.840,1	10.644,7	-7,6%
Ativo e Passivo Financeiro Setorial	1.216,2	(1.135,2)	-207,1%
Total Receita Bruta	21.661,4	20.510,3	5,6%
Dedução da Receita Bruta	(8.492,9)	(8.850,4)	-4,0%
Receita Líquida	13.168,5	11.659,9	12,9%

Custos e Despesas Operacionais

Em 2017, as despesas operacionais, excluindo custo com depreciação e custo com construção, aumentaram em 9,4%, totalizando R\$ 11.071,3 milhões. As principais variações estão detalhadas a seguir:

Custos e Despesas Operacionais* (R\$ milhões)	2017	2016	Variação (%)
Parcela A	8.743,6	7.681,0	13,8%
Energia Comprada para Revenda	7.799,4	6.737,9	15,8%
Encargos Uso Rede Elétrica e Transmissão	944,3	943,2	0,1%
PMSO	2.327,7	2.442,1	-4,7%
Pessoal e Entidade de Previdência	1.214,6	1.139,2	6,6%
Pessoal	821,9	783,5	4,9%
Entidade de Previdência	392,7	355,7	10,4%
Serviços de Terceiros	563,4	567,1	-0,9%
Materiais	61,5	77,1	-20,3%
PECLD	170,7	309,0	-44,8%
Multas	85,3	125,6	-32,0%
Contingências	45,8	24,8	84,5%
Outros	186,3	199,3	-6,5%
Total	11.071,3	10.123,1	9,4%

* Não considera custo de construção e Depreciação/Amortização.

Parcela A

A despesa com energia elétrica comprada para revenda aumentou em 15,8% ou 1.061,5 milhão em comparação a 2016, principalmente em função do maior custo com Risco Hidrológico no valor de R\$ 1.625,0 milhões devido a piora das condições hidrológicas em comparação a 2016. Este efeito foi parcialmente compensado por uma redução no custo da energia adquirida¹⁴ no montante de R\$ 451,0 milhões, refletindo maior queda de 11,9% no volume de energia adquirida e aumento nos créditos de PIS/COFINS no valor de R\$ 112,6 milhões.

As despesas com encargos do uso da rede elétrica e de transmissão apresentaram um pequeno aumento de 0,1% ou R\$ 1,1 milhão em 2017 quando comparadas ao ano de 2016, refletindo (i) aumento do custo com uso da rede básica em R\$ 386,8 milhões devido ao aumento nas tarifas decorrentes da indenização de investimentos realizados por transmissoras que renovaram concessão em 2013; (ii) maiores despesas no montante de R\$ 80,4 milhões referente ao transporte de energia - Furnas/Itaipu em função da referida indenização às transmissoras; parcialmente compensada por (iii) maior montante recebido de recursos da CONER¹⁵ no valor de R\$ 309,6 milhões e (iv) menor custo com encargos do serviço do sistema ("ESS") no valor de R\$ 130,2 milhões, devida ao menor despacho técnico fora da ordem de mérito.

OPEX - PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

Em 2017, o OPEX reportado foi de R\$ 2.327,7 milhões, uma redução de R\$ 114,4 milhões quando comparado a 2016. As principais variações estão detalhadas a seguir.

Pessoal - R\$ milhões	2017	2016	Variação (%)
Pessoal e Encargos	821,9	783,5	4,9%
Entidade de Previdência Privada	392,7	355,7	10,4%
Total	1.214,6	1.139,2	6,6%

Despesas com Pessoal e Encargos

Em 2017, as despesas com pessoal e encargos totalizaram R\$ 821,9 milhões, um aumento de 4,9% ou R\$ 38,4 milhões. Esse aumento ocorreu, principalmente, (i) pelo aumento de R\$ 36,3 milhões em função do reajuste de acordos coletivos, (ii) maiores dispêndios com assistência médica no montante de R\$ 12,0 milhões e (iii) aumento de R\$ 8,0 milhões referente às despesas com rescisão e Programa de Incentivo à Aposentadoria, parcialmente compensados pela redução de R\$ 18,4 milhões atrelada à maior capitalização de mão de obra devida ao maior volume de investimentos realizados em 2017.

⁹ O balanço energético reflete os números de 2017 informados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Os números demonstrados nas notas explicativas que constam nas Demonstrações Contábeis da Companhia refletem os valores por ela estimados à época do fechamento contábil e que são ajustados nos meses subsequentes, quando da disponibilização dos números finais pela CCEE.

¹⁰ Projeção divulgada em 13 de maio de 2016.

¹¹ Projeção divulgada em 3 de novembro de 2016.

¹² Projeção divulgada em 5 de maio de 2017.

¹³ CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). Recursos desta conta são utilizados para promover a competitividade de fontes alternativas de energia - eólica, solar, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, entre outros - e para a universalização da energia elétrica no País. O custo da CDE é rateado por todos os clientes atendidos pelo Sistema Interligado.

¹⁴ Composta por CCEARS, CCEE, Itaipu, Angra 1 e 2, Quotas e Ressarcimento leilões de energia e PROINFRA.

¹⁵ CONER - Conta de Energia de Reserva.

Despesas com Entidade de Previdência Privada

No acumulado do ano, a despesa com entidade de previdência privada somou R\$ 392,7 milhões, um aumento de 10,4% ou R\$ 37,0 milhões em comparação ao mesmo período de 2016. Contribuiu para esta variação, a redução da taxa de desconto do passivo, reduzida de 7,30% ao final de 2015 para 6,05% no 1S16, com impacto em 2016, para 5,80% ao final de 2016, com impacto em 2017.

Materiais e Serviços de Terceiros

Em 2017, as despesas com materiais e serviços de terceiros totalizaram R\$ 624,9 milhões, uma redução de 3,0% ou R\$ 19,3 milhões em comparação a 2016. Essa variação é explicada, principalmente, por (i) uma redução de R\$ 21,0 milhões em função da otimização no processo de poda seletiva, com utilização de equipes próprias para execução; e (ii) redução de R\$ 8,0 milhões devida ao aumento na produtividade nas ações de corte e cobrança, consequência da ampliação do papel do leiturista em agente comercial; parcialmente compensados por (iii) R\$ 9,2 milhões referente às despesas associadas ao Acordo com Eletrobras; e (iv) R\$ 4,0 milhões referente a despesas com o processo de migração para o Novo Mercado.

Outras Despesas Operacionais

Em 2017, o grupo de Outras Despesas Operacionais totalizou R\$ 488,2 milhões, uma redução de R\$ 170,5 milhões ou 25,9% em comparação a 2016. Essa variação decorre, sobretudo pelos seguintes efeitos:

- (i) redução de R\$ 138,3 milhões em despesas com PECLD, proveniente da implementação de novas ações de cobrança, com a criação de uma célula dedicada ao público de baixa renda, lançamento da plataforma de negociação online e ampliação do papel do leiturista;
- (ii) redução de R\$ 40,2 milhões em multas com DIC/FIC/DMIC/DICRI, como resultado do Programa de Produtividade da Companhia e consequente melhoria dos indicadores de qualidade;
- (iii) reconhecimento de R\$ 16,9 milhões referentes ao valor a receber de empreiteiras devido às faltas de materiais identificados nos inventários realizados em seus depósitos; parcialmente compensados pelo;
- (iv) aumento de R\$ 21,0 milhões em contingências devida, principalmente, à mudança no critério de contabilização trabalhista realizada em 2016, gerando redução no exercício de 2016.

Outras Despesas Operacionais - R\$ milhões	2017	2016	Variação (%)
PECLD	170,7	309,0	-44,8%
Provisão de Litígios e Contingências	45,8	24,8	84,5%
DIC/FIC/DMIC/DICRI	85,3	125,6	-32,0%
Outros	186,3	199,3	-6,5%
Total	488,2	658,7	-25,9%

Outros: Multas, arrendamentos e alugueis, indenizações, perdas e danos, publicidade, tarifas bancárias, IPTU, baixa de ativos, etc.

Programa de Produtividade

Em fevereiro de 2017, a Companhia divulgou, no âmbito do seu Plano Estratégico de Criação de Valor, o Programa de Produtividade, com foco na recuperação dos indicadores de qualidade, na gestão da receita e em eficiência devida à maior produtividade, seguindo o novo patamar de investimentos da Companhia. Para o ano de 2017, foi planejada uma redução de R\$ 200,0 milhões, a qual foi superada, atingindo R\$ 203,0 milhões no ano, devido à redução da PECLD melhor que a esperada. Para 2018, a Companhia planeja uma redução adicional de R\$ 150 milhões e R\$ 100 milhões adicionais para 2019. Os valores são em termos reais ponderados pela alíquota efetiva mensal (IPCA em relação aos custos de pessoal e IGP-M para demais custos) e em comparação com as despesas operacionais de 2016, excluindo as despesas com fundo de pensão e o impacto do reconhecimento, em dezembro de 2017, dos valores decorrentes do acordo com Eletrobras celebrado em março de 2018, no valor de R\$ 9,2 milhões.

LAJIDA* ("EBITDA")

Em 2017, a Companhia alcançou um *EBITDA* Reportado de R\$ 1.062,2 milhões, valor 44,7% superior ao registrado em 2016, de R\$ 734,3 milhões. Esta variação, de R\$ 327,9 milhões ocorreu, principalmente, devido a:

- (i) efeito positivo pela redução de R\$ 114,4 milhões no OPEX, como resultado das ações do Programa de Produtividade empenhadas pela Companhia;
- (ii) efeito positivo na margem de R\$ 88,1 milhões, em função principalmente do aumento do componente da Parcela B na tarifa em decorrência dos reajustes tarifários de 2016 e 2017;
- (iii) efeito positivo de R\$ 77,8 milhões devido a ressarcimento de acordos bilaterais, como estratégia de redução dos níveis de sobrecontratação; e
- (iv) efeito positivo de R\$ 47,6 milhões referentes a efeitos regulatórios e tributários devidos, principalmente, à alteração na base de cálculo do PIS/COFINS sobre ICMS-ST (clientes ACL), atualização monetária do ativo financeiro, neutralização da variação cambial de Itaipu e compensação, ocorrida em 2016, relativa ao ativo possivelmente inexistente (Cabos).

Conforme IN CVM 527/2012, a divulgação do cálculo do *EBITDA* deve ser acompanhada da conciliação dos valores constantes das demonstrações contábeis e deve ser obtida da seguinte forma: prejuízo líquido em 2017 de R\$ 844,4 milhões e lucro líquido em 2016 de R\$ 20,9 milhões, acrescidos dos tributos sobre o lucro (positivo em R\$ 419,8 milhões em 2017 e positivo em R\$ 5,5 milhões em 2016), do resultado financeiro líquido negativo de R\$ 1.802,4 milhões em 2017 e de R\$ 228,5 milhões em 2016, e das depreciações e amortizações (R\$ 524,1 milhões em 2017 e R\$ 490,4 milhões em 2016) totalizando R\$ 1.062,2 milhões em 2017 e R\$ 734,3 milhões em 2016.

Resultado Financeiro

Em 2017, o resultado financeiro líquido totalizou R\$ 1.802,4 milhões negativos ante R\$ 228,5 milhões negativos em 2016, representando uma variação negativa de R\$ 1.574,0 milhões.

Receita Financeira

A receita financeira da Companhia em 2017 totalizou R\$ 340,1 milhões ante R\$ 434,9 milhões em 2016, representando uma redução de 21,8%. Esse resultado é explicado, principalmente, pela (i) menor receita, em R\$ 36,1 milhões, com rendimento de aplicações financeiras, reflexo da menor disponibilidade de caixa, e do CDI médio, de 10,07% em 2017 vs. 14,06% em 2016; (ii) redução de R\$ 43,4 milhões com multas, atualização monetária e juros sobre contas atrasadas em função dos esforços da Companhia na estratégia de Gestão da Receita; (iii) redução de R\$ 48,0 milhões na linha de atualização monetária do ativo financeiro setorial; parcialmente compensado (iv) pelo aumento de R\$ 43,4 milhões referente à receita de atualização monetária de créditos retroativos de PIS/COFINS, oriundo da exclusão do ICMS-ST (clientes ACL) da base de cálculo.

Despesa Financeira

A despesa financeira totalizou R\$ 2.138,7 milhões em 2017, um aumento de R\$ 1.440,0 milhões quando comparada a 2016. Essa variação é explicada, principalmente:

- (i) pelo reconhecimento, em dezembro de 2017, do valor integral do Acordo Eletrobras no montante de R\$ 1.500,0 milhões; (ii) R\$ 8,3 milhões referentes à correção de custos associados ao referido acordo; e (iii) por maior despesa de R\$ 66,2 milhões com atualização monetária do passivo financeiro setorial; parcialmente compensada por (iv) menores custos com encargos da dívida no valor de R\$ 143,5 milhões devida, principalmente, ao CDI médio de 10,07% em 2017 vs. 14,06% registrado em 2016.

Variações Cambiais

As variações cambiais líquidas apresentaram um resultado negativo de R\$ 3,8 milhões ante um resultado positivo de R\$ 35,3 milhões em 2016 devido à oscilação cambial principalmente referente à aquisição da energia de Itaipu.

Lucro Líquido

Em 2017, a Companhia registrou um prejuízo líquido reportado de R\$ 844,4 milhões, ante um lucro líquido de R\$ 20,9 milhões em 2016. A variação negativa de R\$ 865,3 milhões é explicada, principalmente, em função (i) do aumento do *EBITDA* reportado em R\$ 327,9 milhões; compensado pela (ii) variação negativa no resultado financeiro de R\$ 1.574,0 milhões, principalmente pelo reconhecimento do Acordo Eletrobras; (iii) aumento com depreciação e amortização no valor de R\$ 33,6 milhões; e (iv) menores impostos (IR/CSLL) em R\$ 414,3 milhões, em comparação a 2016, principalmente, devido ao diferimento de impostos decorrente do reconhecimento de despesas em função do acordo celebrado com Eletrobras para encerramento de disputa judicial.

Remuneração aos Acionistas

A proposta da Diretoria Executiva da Companhia em relação à destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, face à apuração do prejuízo líquido ajustado pela realização de ajuste de avaliação patrimonial e dividendos e JSCP prescritos do exercício no montante de R\$ 770,1 milhões, é reverter parcela da reserva estatutária de lucro da Companhia para absorver o prejuízo líquido do exercício. Tal proposta foi deliberada pelo Conselho de Administração e será submetida para deliberação em Assembleia Geral Ordinária ("AGO").

Remuneração aos Acionistas (R\$ milhões)	
Resultado do Exercício - 31 de dezembro de 2017	-844,4
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	74,0
Dividendos e JSCP prescritos	0,4
Base para distribuição de dividendos	-770,1
Dividendos - mínimo obrigatório	-
Absorção pela Reserva Estatutária	770,1

Endividamento	
A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2017 uma dívida bruta ¹⁷ de R\$ 4.817,2 milhões, montante 5,2% maior em relação a 2016, R\$ 4.580,7 milhões. As disponibilidades somaram R\$ 601,3 milhões em 2017, ante R\$ 1.067,6 milhões	

	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)		
	Notas	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	13.168.492	11.659.899
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	24	(7.558.033)	(6.432.673)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	24	(241.326)	(305.213)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	24	(944.280)	(943.159)
Custo de operação			
Pessoal e administradores		(821.900)	(783.512)
Entidade de previdência privada	16	(392.715)	(355.665)
Serviços de terceiros		(563.412)	(567.075)
Material		(61.455)	(77.130)
Custo de construção		(1.035.001)	(802.512)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	7	(170.683)	(309.011)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		(45.829)	(24.839)
Depreciação e amortização		(524.054)	(490.417)
Outras despesas operacionais	25	(271.658)	(324.822)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(12.630.346)	(11.416.028)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)		538.146	243.871
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	26	340.065	434.908
Despesas financeiras	26	(2.138.661)	(698.687)
Variações cambiais, líquidas	26	(3.820)	35.319
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(1.802.416)	(228.460)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(1.264.270)	15.411
Contribuição social	27	–	(4.696)
Imposto de renda	27	(2)	(13.357)
Contribuição social diferida	9/27	111.136	6.238
Imposto de renda diferido	9/27	308.712	17.327
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		419.846	5.512
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(844.424)	20.923
(Prejuízo) lucro líquido líquido básico por ação Ordinária	22	(5,05947)	0,12503
(Prejuízo) lucro líquido diluído por ação Ordinária	22	(4,06103)	0,12503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)		
	Notas	2017	2016
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(844.424)	20.923
Outros resultados abrangentes:			
- Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Ajuste de avaliação atuarial	16	9.146	(1.234.962)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	9	(3.110)	419.887
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS		(838.388)	(794.152)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)		
	Notas	2017	2016
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(844.424)	20.923
Outros resultados abrangentes:			
- Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Ajuste de avaliação atuarial	16	9.146	(1.234.962)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	9	(3.110)	419.887
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS		(838.388)	(794.152)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)		
	Notas	2017	2016

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Aumento de capital proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido		
	Notas	Capital social	Opções de ações outorgadas	Reserva especial de ágio	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial				Reserva legal	Reserva estatutária
Saldos em 31 de dezembro de 2015		1.257.629	20.428	–	–	309.780	–	244.265	1.007.043	–	2.839.145
Resultado abrangente total:											
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	20.923	20.923
Ajuste de avaliação atuarial	16	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	9.4	–	–	–	–	(1.234.962)	–	–	–	–	(1.234.962)
Transações com os acionistas:						419.887	–	–	–	–	419.887
Remuneração com base em ações		–	1.127	–	–	–	–	–	–	–	1.127
Dividendo mínimo obrigatório	21.6	–	–	–	–	–	–	–	–	(22.487)	(22.487)
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas - prescritos		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Mutações internas do patrimônio líquido:										282	282
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	9.2	–	–	–	–	(111.304)	–	–	–	–	111.304
Constituição de reserva legal	21.6	–	–	–	–	37.843	–	4.719	–	–	(37.843)
Constituição de reserva estatutária	21.6	–	–	–	–	–	–	–	1.603	–	(4.719)
Aumento de capital proposto	21.6	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.603)
Efeitos da reorganização societária		–	–	–	–	–	65.857	–	–	–	(65.857)
Incorporação do acervo cindido da AES Elpa S.A.		–	–	445.654	–	–	–	–	–	–	445.654
Incorporação do acervo cindido da Nova Brasileira Participações S.A.		–	–	225.243	–	–	–	–	–	–	225.243
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.257.629	21.555	670.897	–	(578.756)	65.857	248.984	1.008.646	–	2.694.812
Resultado abrangente total:											
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	–	(844.424)
Ajuste de avaliação atuarial	16	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	9.4	–	–	–	–	9.146	–	–	–	–	9.146
Transações com os acionistas:						(3.110)	–	–	–	–	(3.110)
Remuneração com base em ações		–	886	–	–	–	–	–	–	–	886
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas - prescritos		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Recuperação de ações - direito de retirada (migração novo mercado)	21.2	–	–	–	(49.236)	–	–	–	–	–	358
Mutações internas do patrimônio líquido:										–	(49.236)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	9.2	–	–	–	–	(112.069)	–	–	–	–	112.069
Aumento de capital	21.1	65.857	–	–	–	38.103	–	–	–	–	(38.103)
Absorção de prejuízo pela reserva estatutária	21.6	–	–	–	–	–	(65.857)	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.323.486	22.441	670.897	(49.236)	(646.685)	–	248.984	238.545	–	1.808.432
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis											

	DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)		
	2017	2016	

	2017	2016		2017	2016
1. RECEITAS	21.490.722	20.201.259	Tributos (Governo)	7.315.777	8.221.280
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	21.661.405	20.510.270	Federais	510.589	1.230.337
Fornecimento de energia elétrica	10.605.148	11.000.805	Imposto de renda e contribuição social	(419.846)	(5.512)
Outras receitas	10.021.256	8.706.953	COFINS	680.379	931.956
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.035.001	802.512	PIS	146.781	200.839
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(170.683)	(309.011)	INSS	70.510	71.729
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(11.447.912)	(10.100.631)	Encargos sociais - Outros	32.765	31.525
Matérias	(551.345)	(480.529)	Estaduais	3.575.154	3.779.943
Outros custos operacionais	(268.090)	(307.306)	ICMS	3.568.802	3.771.282
Custo da energia comprada e transmitido	(9.628.744)	(8.441.096)	Outros	6.352	8.661
Serviços de terceiros	(999.733)	(871.700)	Municipais	44.840	42.884
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	10.042.810	10.100.628	ISS	200	207
4. RETENÇÕES	(524.054)	(490.417)	IPPU	44.579	42.665
Depreciação e amortização	(524.054)	(490.417)	Outros	61	12
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	9.518.756	9.610.211	Encargos setoriais	3.185.194	3.168.116
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	340.065	434.908	CDE - Conta de desenvolvimento energético	2.255.194	2.675.345
Receitas financeiras	340.065	434.908	Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	118.625	104.566
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	9.858.821	10.045.119	Encargos do consumidor - PROINFA	85.436	64.783
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9.858.821	10.045.119	Encargos do consumidor - CCRBT	712.040	308.633
Empregados (Colaboradores)	1.208.831	1.111.872	Taxa de fiscalização - ANEEL	13.899	14.789
Salários e encargos	695.771	643.988	Remuneração de capitais de terceiros	2.178.637	691.044
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	80.996	77.235	Juros	2.142.481	663.368
Benefícios	392.715	355.665	Aluguéis	36.156	27.676
FGTS	39.349	34.984	Remuneração de capitais próprios	(844.424)	20.923
As informações complementares às Demonstrações do Valor Adicionado estão descritas na nota explicativa nº 31.			Dividendos	–	22.487
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			Realização de ajuste de avaliação patrimonial (Prejuízos) lucros retidos	(73.966)	(73.461)
				(770.458)	71.897

	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)		
	2017	2016	

1. Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia") é uma companhia de capital aberto. As ações da Companhia estão registradas desde 27 de novembro de 2017 no mais elevado segmento de listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), denominado Novo Mercado. A Companhia não tem acionista controlador e seu capital compreende apenas ações ordinárias.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulihoa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 23, faturou com fornecimento de energia 32.776 e 34.464 GWh nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, atendendo a aproximadamente 7,2 e 7,0 milhões de unidades consumidoras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2015.

1.1 Migração para o novo mercado

Em 12 de setembro de 2017, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias e a migração da Companhia para o segmento especial da B3 denominado Novo Mercado. A deliberação que aprovou a conversão das ações foi ratificada por 60,36% dos acionistas preferencialistas da Companhia em Assembleia Especial de acionistas preferencialistas realizada na mesma data.

Os acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia que não compareceram, se absteram de votar ou votaram contra a conversão das ações, tiveram a prerrogativa de exercer o direito de retirada. O período para exercício do direito de retirada iniciou-se em 29 de setembro de 2017 e foi encerrado em 30 de outubro de 2017. Durante este prazo, 359 acionistas titulares de 3.058.154 ações preferenciais de emissão da Companhia, correspondentes a 2,7% das ações preferenciais, optaram pelo exercício do direito de retirada. O valor de direito de retirada a estes acionistas foi calculado com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2016 (R\$16,10 por ação), totalizando o montante de R\$ 49.236, pago em 9 de novembro de 2017.

Em 27 de novembro de 2017, a totalidade das ações preferenciais da Companhia foi convertida em ações ordinárias na proporção de uma ação preferencial para uma ação ordinária, passando estas a serem negociadas, a partir desta data, no Novo Mercado da B3, sob o código ELP13.

A migração da Companhia para o Novo Mercado teve por objetivos principais: (i) fortalecer a governança corporativa; (ii) aumentar a capacidade de investimentos por maior acesso ao mercado de capitais e potencial redução no custo de capital; e (iii) potencializar a liquidez das ações negociadas publicamente pela Companhia, por meio da consolidação da negociação dos valores mobiliários exclusivamente em ações ordinárias, aumentando também a atratividade para novos investidores.

Como consequência da migração para o Novo Mercado, a Companhia não é mais controlada pela The AES Corporation, e o Acordo de Acionistas, celebrado em 30 de dezembro de 2016, entre a The AES Corporation, AES Holdings Brasil Ltda. e a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, foi extinto.

1.2 Acordo Eletrobras

A administração da Companhia, comprometida e focada em seu objetivo principal de criar valor para a Companhia e, consequentemente, criar valor a todos seus acionistas, aprovou em 09 de março de 2016, os termos e condições, bem como a celebração pela Companhia, de um acordo com a Eletrobras - Centrais Elétricas S.A. (Eletrobras) visando encerrar a disputa judicial que envolve a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP") e a Companhia, quanto à responsabilidade pelo pagamento do saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal, que posteriormente foi cindida, dando origem a quatro companhias, entre as quais a Eletropaulo e a CTEEP atuais. Maiores detalhes na nota explicativa nº 18.1 (b.4).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 09 de março de 2018, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as à análise e opinião do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal e aprovação do Conselho de Administração.

Após a autorização da conclusão, somente o Conselho de Administração pode alterar as demonstrações contábeis.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 10 (R1)/IFRS 02 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção inicial, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios foram atendidos. A Companhia avaliou os potenciais efeitos e concluiu que a aplicação do CPC 10/IFRS 02 sobre o plano de pagamento baseado em ações vigente até a migração para o Novo Mercado não tem impacto em suas demonstrações contábeis. Contudo, com a migração da Companhia para o Novo Mercado e considerando que um novo programa de remuneração de longo prazo está sob aprovação (nota explicativa nº 21.4.1), a aplicabilidade dos requisitos do CPC 10/IFRS 02 serão reavaliados de acordo com o programa aprovado. A Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

- CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, estabelece um novo modelo para reconhecimentos de receitas, composto por cinco passos, que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo o CPC 47/IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

Este novo pronunciamento substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o CPC 47/IFRS 15 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

O pronunciamento requer aplicação retrospectiva e permite um dos seguintes métodos: (i) retrospectivo a cada período anterior apresentado; ou (ii) retrospectivo com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento na data da aplicação inicial. A Companhia optou por adotar o pronunciamento usando o método retrospectivo a cada período anterior apresentado, pois para fins de divulgação nas demonstrações contábeis a aplicação da norma tem a data inicial em 01 de janeiro de 2017, cujos impactos serão contabilizados a partir de 01 de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47/IFRS 15:

- Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
- Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
- Determinar o preço de cada tipo de transação;
- Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
- Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A expectativa da Companhia é de que não haverá impacto material na adoção deste pronunciamento, exceto pela reclassificação das penalidades de indicadores de desempenho de despesa operacional para uma conta redutora da receita pela disponibilidade da rede elétrica. A seguir serão detalhadas as análises das linhas de receita de contratos com clientes.

Receita de fornecimento de energia

A Companhia reconhece a receita com fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação, através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período e as faturas emitidas de acordo com a tarifa vigente, a qual é definida pela ANEEL. Adicionalmente, reconhece a receita não faturada, que é calculada individualmente para cada unidade consumidora pelo sistema de faturamento (nota explicativa nº 5).

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a Companhia deve reconhecer a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente. Caso a expectativa seja de não recebimento, a Companhia deve avaliar se a respectiva receita será apresentada líquida através de uma conta redutora de fornecimento de energia. Com base nos dados disponíveis em 31 de dezembro de 2017, a Companhia avaliou os clientes com longo histórico de inadimplência que, por diversos motivos, não tiveram seu fornecimento de energia suspenso. A Companhia avaliou os potenciais efeitos do CPC 47/IFRS 15 e concluiu que o impacto não é material, dessa forma, pelas políticas da Companhia, tais recebíveis continuarão a ser objeto de constituição de perda esperada. Este assunto será monitorado mensalmente pela Companhia.

Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)

A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livre e ativo) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD homologada pela ANEEL.

O pronunciamento define ainda que o valor da contraprestação pode variar em razão de descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, cuja receita deve ser reconhecida de forma líquida dessa contraprestação variável. Os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI refletem a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestada aos clientes. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia (nota explicativa nº 25). Atualmente, esses ressarcimentos são contabilizados como despesa operacional e, de acordo com o novo pronunciamento, passarão a ser contabilizados como redutor da receita pela disponibilidade da rede elétrica. A Companhia avaliou que o montante a ser reclassificado é de R\$ 85.320 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 125.557 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, de acordo com o montante de energia não distribuída no mês e comercializada no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. A energia contratada e não distribuída pela Companhia é vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

A Companhia avaliou os potenciais efeitos da aplicação do CPC 47/IFRS 15 na receita de venda de energia na CCEE e a conclusão é de que não há impacto em suas demonstrações contábeis, exceto pelas exigências de apresentação e divulgação que serão mais detalhadas a partir de 2018.

Receita de construção da infraestrutura da concessão

As receitas de construção da infraestrutura da concessão são realizadas pela Companhia quando são confiavelmente mensuradas. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas na medida em que são incorridos, até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa (nota explicativa nº 23, item (b)).

Os investimentos por parte da Companhia melhoram o ativo de concessão, que possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia avaliou os potenciais efeitos da aplicação do CPC 47/IFRS 15 na receita de construção da infraestrutura da concessão e a conclusão é de que não há impacto em suas demonstrações contábeis, exceto pelas exigências de apresentação e divulgação que serão mais detalhadas a partir de 2018.

Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tal como serviços cobráveis ou atividades acessórias, tal como compartilhamento de infraestrutura.

O reconhecimento de receitas é registrado conforme o cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente e contrato entre as partes.

A Companhia avaliou os potenciais efeitos da aplicação do CPC 47/IFRS 15 nas outras receitas e a conclusão é de que não há impacto em suas demonstrações contábeis, exceto pelas exigências de apresentação e divulgação que serão mais detalhadas a partir de 2018.

- CPC 48/IFRS 09 - Instrumentos Financeiros, que substitui o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros; Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. O pronunciamento introduz novas exigências para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A Companhia avaliou os potenciais impactos tomando por base as informações disponíveis até 31 de dezembro de 2017 e estima que as alterações de classificação e mensuração não geram impacto no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável dos instrumentos financeiros, ocasionará um aumento na perda esperada em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Tais impactos serão registrados no patrimônio líquido na adoção inicial, no entanto, para fins de comparabilidade nas demonstrações contábeis de 2018, os mesmos serão apresentados na demonstração do resultado.

A Companhia adotará o CPC 48/IFRS 9 retrospectivamente a partir de 01 de janeiro de 2017, divulgando os impactos estimados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, e informações comparativas a partir de 31 de março de 2018, conforme detalhado a seguir:

Classificação e mensuração

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, a classificação e mensuração deve refletir o modelo de negócios da Companhia e avaliar as características de fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. O novo pronunciamento insinua três categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, eliminando as categorias existentes do CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A Companhia tem a expectativa de continuar avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mensurados ao valor justo, entretanto investimentos de curto prazo (fundo de investimento) e o ativo financeiro da concessão serão reclassificados de disponível para venda para valor justo por meio do resultado. Atualmente, a Companhia não possui saldos registrados em outros resultados abrangentes, pois o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do respectivo valor justo.

Para os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 38/IAS 39 como empréstimos e recebíveis, cujo objetivo do modelo de negócios de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é captar os fluxos de caixa contratuais, representando somente pagamentos de principal e juros, a Companhia concluiu que tais instrumentos financeiros atendem aos critérios de mensuração e classificação de custo amortizado. Portanto, não se faz necessária a mudança do método de mensuração desses instrumentos.

A Companhia avaliou a classificação dos passivos financeiros e concluiu que não há impacto na classificação e mensuração, pois o novo pronunciamento afeta substancialmente os passivos financeiros classificados a valor justo por meio de resultado. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possui nenhum passivo financeiro mensurado a valor justo.

A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos financeiros, sem impacto no resultado da Companhia na adoção inicial:

	Nota	2017	2016	Categoria CPC 38/IAS 39	Categoria CPC 48/IFRS 9
--	------	------	------	-------------------------	-------------------------

ATIVOS FINANCEIROS

(Circulante e não circulante)

Caixa e equivalentes de caixa	4	309.283	198.773	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	4	289.609	867.853	Ativos financeiros disponíveis para venda	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Investimentos de curto prazo (fundo de investimento)	4	2.385	1.005	Ativos financeiros disponíveis para venda	Valor Justo por meio de Resultado
Consumidores, revendedores e outros	5	2.140.773	2.090.732	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber - acordos	6	152.870	96.857	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	18	532.495	491.806	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativo financeiro da concessão	11.1	3.011.833	2.386.192	Ativos financeiros disponíveis para venda	Valor Justo por meio de Resultado
Ativo financeiro setorial, líquido	12	18.288	44.243	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Total		6.457.536	6.177.461		

Redução ao valor recuperável

O CPC 48/IFRS 9 propõe um modelo prospectivo de perdas esperadas, que substitui o modelo atual de perdas incorridas do CPC 38/IAS 39. O pronunciamento requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perda em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte, para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. O pronunciamento determina ainda que sejam estimadas as perdas esperadas em todos os seus instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais, tais como ações), com base na probabilidade de inadimplência dos próximos 12 meses ou por toda a vida do contrato, propondo também a aplicação do expediente prático com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia aplicará a abordagem simplificada para o cálculo de perda esperada sobre o seu recebível e estima que haverá um aumento líquido de R\$ 56.594 em 31 de dezembro de 2017 (constituído por uma perda esperada no valor de R\$ 85.749, reduzida por tributos e contribuições diferidos de R\$ 29.155). O impacto líquido para 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 24.462 (constituído por uma perda esperada no valor de R\$ 37.063, reduzida por tributos e contribuições sociais diferidos de R\$ 12.601).

Os impactos demonstrados a seguir, foram calculados com base nos dados disponíveis em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e refletem a melhor estimativa da Companhia com relação à expectativa de perda esperada dos seus ativos financeiros, quando da adoção desse novo pronunciamento.

	2017	2016
--	------	------

Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	-	-
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas) (a)	-	-
Consumidores, revendedores e outros (b)	(68.723)	(70.415)
Contas a receber - acordos (c)	(17.026)	33.352
Ativo financeiro setorial (a)	-	-
Cauções e depósitos vinculados (a)	-	-
Subtotal	(85.749)	(37.063)
Tributos e contribuições sociais diferidos	29.155	12.601
Total	(56.594)	(24.462)

	2017	2016
--	------	------

Impacto líquido sobre o patrimônio líquido, incluindo

Lucros (prejuízos) acumulados	(56.594)	(24.462)
Total	(56.594)	(24.462)

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros é como segue:

VALORES CORRENTES									
Nota	A vencer			Vencidos			Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	Total 2017
	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias				
CIRCULANTE									
Consumidores - distribuição de energia:									
Residencial		364.047	359.952	59.683	1.322	904	785.908	(63.064)	722.844
Industrial		58.226	39.493	5.783	5.693	3.637	112.832	(3.717)	109.115
Comercial	5.1	249.271	73.924	5.387	1.803	7.886	338.271	(4.374)	333.897
Rural		123	98	13	15	1	250	-	250
Poderes públicos		42.064	17.471	2.426	2.756	224	64.941	(382)	64.559
Iluminação pública		22.041	1.759	62	1	1	23.872	(1)	23.871
Serviços público		31.563	176	41	9	4	31.813	(8)	31.805
Serviços cobráveis		566	1.265	290	86	281	2.488	(470)	2.018
Encargos de uso da rede		240	-	-	-	-	240	-	240
Fornecimento não faturado		790.246	-	-	-	-	790.246	-	790.246
Participação financeira do consumidor		1.337	564	56	1.610	589	4.156	-	4.156
Revendedores e outros:									
Energia no curto prazo - CCEE		8.526	-	-	-	-	8.526	-	8.526
Ressarcimento - leilões de energia		22.567	-	-	-	-	22.567	-	22.567
TOTAL - CIRCULANTE		1.590.817	494.702	73.741	13.323	13.527	2.186.110	(72.016)	2.114.094
NÃO CIRCULANTE									
Consumidores - distribuição de energia:									
Iluminação pública	5.2	-	-	-	-	26.679	26.679	-	26.679
TOTAL - NÃO CIRCULANTE						26.679	26.679		26.679
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE		1.590.817	494.702	73.741	13.323	40.206	2.212.789	(72.016)	2.140.773

VALORES CORRENTES									
Nota	A vencer			Vencidos			Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	Total 2016
	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias				
CIRCULANTE									
Consumidores - distribuição de energia:									
Residencial		316.978	334.760	67.246	5.326	3.026	727.336	(79.010)	648.326
Industrial		53.643	41.248	4.352	13.089	11.184	123.516	(11.126)	112.390
Comercial	5.1	213.949	65.788	7.804	5.500	9.870	302.911	(9.388)	293.523
Rural		93	68	1	3	5	170	(1)	169
Poderes públicos		35.845	18.992	2.651	1.522	154	59.164	(176)	58.988
Iluminação pública		19.287	2.656	334	116	1	22.394	-	22.394
Serviço público		45.918	194	492	1.064	748	48.416	(1.892)	46.524
Serviço cobráveis		464	926	391	65	330	2.176	(697)	1.479
Encargos de uso da rede		227	-	-	-	-	227	-	227
Fornecimento não faturado		745.137	-	-	-	-	745.137	-	745.137
Participação financeira do consumidor		4.982	254	2	117	3.253	8.608	-	8.608
Revendedores e outros:									
Energia no curto prazo - CCEE		123.351	-	-	-	-	123.351	-	123.351
Ressarcimento - leilões de energia		4.082	-	-	-	-	4.082	-	4.082
TOTAL - CIRCULANTE		1.563.956	464.886	83.273	26.802	28.571	2.167.488	(102.290)	2.065.198
NÃO CIRCULANTE									
Consumidores - distribuição de energia:									
Iluminação pública	5.2	-	-	-	-	25.534	25.534	-	25.534
TOTAL - NÃO CIRCULANTE						25.534	25.534		25.534
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE		1.563.956	464.886	83.273	26.802	54.105	2.193.022	(102.290)	2.090.732

5.1 Em outubro de 2014, um cliente da classe comercial promoveu ação judicial em face da Companhia e da Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ/SP questionando a incidência de ICMS sobre demanda de energia contratada e não consumida. A partir de 2005, o cliente vem depositando judicialmente o valor integral das faturas de energia, ou seja, tanto a parcela controversa (ICMS discutido) como a incontroversa (energia consumida e demais itens faturados). Dessa forma, nenhuma PECLD foi constituída para o saldo incontroverso no montante de R\$ 5.408, que está vencido há mais de 180 dias em 31 de dezembro de 2017. Atualmente, pendê de decisão em 1ª instância um pedido apresentado pela Companhia, em setembro de 2017, para levantamento da parte incontroversa.

5.2 Referem-se a valores a receber de precatórios municipais corrigidos pelo índice de remuneração da poupança (TR). Naquilo que tange ao prazo para pagamento dos precatórios pendentes, o Projeto de Emenda Constitucional nº 212/2016, transformada na Emenda Constitucional nº 99/2017, alterou o artigo 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir novo regime especial de pagamento de precatórios, prorrogando o prazo final para pagamento dos precatórios de 2020 para 2024.

(a) Os saldos relacionados a (i) caixa e equivalentes de caixa, (ii) cauções e depósitos vinculados, estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Os investimentos em caixa e equivalentes de caixa são realizados com base em sua política de diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa e equivalentes de caixa e cauções e depósitos vinculados. Desse modo, a perda esperada associada a esses ativos financeiros não é considerada material e será objeto de monitoramento contínuo pela Companhia.

A Companhia avaliou o impacto sobre a rubrica "Ativo financeiro setorial" e concluiu como baixo o risco de não recebimento, com base no histórico de inadimplência e a potencial perda associada, considerando que tais ativos serão realizados por meio do incremento da tarifa do próximo ciclo tarifário e ainda pela garantia de indenização do saldo, conforme previsto no contrato de concessão.

Para os investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas), em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia não possui saldos registrados em outros resultados abrangentes, pois o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do respectivo valor justo, portanto não é necessária a constituição de uma perda esperada.

(b) A Companhia utilizou a abordagem simplificada por meio de uma matriz por idade de vencimento das contas a receber, cujos percentuais foram calculados de acordo com o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês (tendo como base 24 meses do faturamento), segregados por classe de consumidor e projetados utilizando a média histórica dos últimos 12 meses (por idade de vencimento). O

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber - acordos

Os saldos de contas a receber - acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

Uso de estimativas:

Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa: A constituição é realizada pelo montante total em aberto do acordo quando a parcela mais antiga vencida atingir os prazos divulgados na nota explicativa nº 5 (conforme classe do consumidor). Os valores são revertidos quando da ocorrência de um dos seguintes eventos: (i) recebimento do valor de cada parcela negociada, sendo a reversão proporcionalmente realizada de acordo com o valor recebido e (ii) o montante amortizado for igual ou superior a 30% do total da dívida negociada e estiver adimplente com o plano, sendo a reversão total do valor ainda em aberto.

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Consumidores		310.948	291.131
Outros		–	755
Subtotal		310.948	291.886
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	7	(169.735)	(201.872)
Saldo líquido de PECLD		141.213	90.014
NÃO CIRCULANTE			
Consumidores		15.155	22.193
Subtotal		15.155	22.193
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	7	(3.498)	(15.350)
Saldo líquido de PECLD		11.657	6.843
Total circulante + não circulante		152.870	96.857

A Companhia executou durante o exercício de 2017 diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência, o que ocasionou um aumento do número de acordos. As principais ações foram: lançamento do portal de negociação, feirões de negociação, comunicação e negociação direta com o cliente através de agências de cobrança.

A abertura das contas a receber - acordos por vencimento é a seguinte:

	Saldos vinctendos	Saldos vencidos		Total 2017
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	150.297	44.846	130.960	326.103
Subtotal	150.297	44.846	130.960	326.103
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(31.178)	(13.358)	(128.697)	(173.233)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não circulante	119.119	31.488	2.263	152.870

	Saldos vinctendos	Saldos vencidos		Total 2016
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	103.395	32.840	177.089	313.324
Outros	–	–	755	755
Subtotal	103.395	32.840	177.844	314.079
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(47.466)	(17.244)	(152.512)	(217.222)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não circulante	55.929	15.596	25.332	96.857

7. Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

A movimentação das perdas estimadas é como segue:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial					Saldo final 31.12.2017
		31.12.2016	Provisões	Reversões	Transferências	Perda	
Consumidores	5	(102.290)	(317.787)	147.194	131	200.736	(72.016)
Contas a receber - acordos	6	(217.222)	(83.124)	44.213	–	82.900	(173.233)
Outros créditos - serviços prestados	10	(227)	(2.535)	118	–	2.018	(626)
Outros créditos	10	(2.628)	–	–	(131)	–	(2.759)
Total		(322.367)	(403.446)	191.525	–	285.654	(248.634)
Circulante		(307.017)	(245.136)				(307.017)
Não circulante		(15.350)	(3.498)				(15.350)
Total		(322.367)					(248.634)

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial					Saldo final 31.12.2016
		31.12.2015	Provisões	Reversões	Transferências	Perda	
Consumidores	5	(105.260)	(392.334)	129.255	(23.398)	289.447	(102.290)
Contas a receber - acordos	6	(175.178)	(140.251)	65.416	23.398	9.393	(217.222)
Outros créditos - serviços prestados	10	(621)	(3.105)	587	–	2.912	(227)
Outros créditos	10	–	(2.628)	–	–	–	(2.628)
Total		(281.059)	(538.318)	195.258	–	301.752	(322.367)
Circulante		(266.167)	(245.136)				(307.017)
Não circulante		(14.892)	(3.498)				(15.350)
Total		(281.059)					(322.367)

A Companhia apresenta a seguir a movimentação e o efeito no resultado de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa:

	Nota	2017	2016
Provisões		(403.446)	(538.318)
Reversões		191.525	195.258
Recicla com recuperação de perdas		41.258	34.049
Despesa com PECLD		(170.663)	(309.011)

Referem-se a recebimentos de valores de contas a receber já baixados como perda.

8. Tributos e contribuições sociais compensáveis

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		
CIRCULANTE		
Contribuição social	6.003	3.834
Imposto de renda	4.805	6.451
Imposto de renda retido na fonte	–	21.318
Total	32.126	34.552
Outros tributos compensáveis		
CIRCULANTE		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	63.896	62.579
ICMS - compra de créditos	7.695	5.193
COFINS	8.1	634
PIS	8.1	137
Total	89.512	68.543
NÃO CIRCULANTE		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	62.244	44.003
Total	62.244	44.003
Total	151.756	112.546

A Companhia em razão da resposta da Solução de Consulta nº 6.018 - SRRF06/DISIT publicada em maio de 2017, que expressamente reconheceu o direito da Companhia à exclusão do ICMS-ST - Ambiente de Contratação Livre - ACL, da base de cálculo do PIS e da COFINS, registrou o montante de R\$ 200.979, atualizado até 31 de dezembro de 2017, relativo ao PIS e a COFINS sobre o ICMS-ST - Ambiente de Contratação Livre - ACL dos últimos 5 anos, sendo o montante de R\$ 157.616 em contrapartida ao resultado operacional (deduções da receita bruta) e R\$ 43.363 ao resultado financeiro (receitas financeiras - nota explicativa nº 26). A Companhia já utilizou o montante de R\$ 183.948 na compensação de tributos federais.

9. Tributos e contribuições sociais diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e bases fiscais de ativos e passivos. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

9.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

	Nota	2017	2016
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	9.2	1.713.974	1.272.506
Benefício fiscal do ágio incorporado	9.3	255.304	280.034
Total dos tributos e contribuições sociais diferidos		1.969.278	1.552.540

Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

	Balanço patrimonial		Resultado	
	2017	2016	2017	2016
Tributos diferidos ativos:				
Provisão de benefício a empregados	283.995	297.196	(13.201)	(22.086)
Provisão para processos judiciais e outros	156.970	183.621	–	(4.975)
Provisão para processos judiciais e outros - acordo Eletrobras	509.707	–	509.707	–
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	84.536	109.605	(25.069)	14.045
Provisão para materiais e serviços	18.397	13.890	4.507	(7.834)
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	836.016	839.126	–	–
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	158.732	86.541	72.191	32.634
Créditos tributários sobre ágio na incorporação	331.090	413.863	(82.773)	23.000
Diferença na taxa de depreciação/amortização	73.762	80.787	(7.025)	(7.025)
Alienação de imóvel	–	–	–	20.554
Outros	17.458	19.535	(2.077)	(8.571)
Total dos tributos diferidos ativos	2.470.664	2.044.164	429.610	39.742
Tributos diferidos passivos:				
Ajustes de avaliação patrimonial/mais-valia	(502.877)	(540.980)	38.103	37.843
Atualização do ativo financeiro da concessão	(184.234)	(166.584)	(17.650)	(48.238)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(63.138)	(48.877)	(4.261)	(5.635)
Outros	(16.441)	(15.217)	(1.224)	(147)
Total dos tributos diferidos passivos	(756.690)	(771.658)	14.968	(16.177)
Ativo fiscal diferido, líquido	1.713.974	1.272.506	444.578	23.565
Realização do benefício fiscal do ágio incorporado			(24.730)	–
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos			419.848	23.565

Referem-se ao benefício fiscal gerado pelas incorporações dos ágios das antigas controladoras AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasileira Participações S.A. ("Brasileira Participações"), oriundo da reorganização societária concluída em 30 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e 349/01, conforme alterada.

A composição do saldo do benefício fiscal do ágio incorporado é como segue:

	2017		2016	
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.294
Amortização acumulada	(45.946)	30.324	(15.622)	–
Subtotal	469.624	(309.951)	159.673	175.294
Brasileira Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.740
Amortização acumulada	(26.788)	17.680	(9.108)	–
Subtotal	281.270	(185.639)	95.631	104.740
Total do benefício fiscal do ágio incorporado	750.894	(495.590)	255.304	280.034

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia como resultado do processo de Reorganização, concluído em dezembro de 2016, foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio na incorporação no montante de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio incorporado no montante de R\$ 280.034. Desse benefício, R\$ 23.000 foram compartilhados com todos os acionistas da Companhia, afetando positivamente o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e R\$ 670.897 foram registrados em contrapartida à conta "Reserva especial de ágio", no patrimônio líquido (nota explicativa nº 21.4.2). Esse ativo fiscal diferido está sendo realizado até o final da concessão da Companhia.

Vale ressaltar que a amortização do ágio traz impacto nulo no resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

O montante de benefício fiscal já utilizado pela Companhia e, portanto, disponível para capitalização é de R\$ 13.288 em 31 de dezembro de 2017.

9.4 Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	2017	2016
Saldo inicial	1.552.540	438.191
Impacto no resultado	419.848	23.565
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	(3.110)	419.887
Impacto no patrimônio líquido (Reserva especial de ágio na incorporação)	–	670.897
Saldo final	1.969.278	1.552.540

9.5 Expectativa de realização:

Uso de estimativas:

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo de 31 de dezembro de 2017, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	Tributos e contribuições sociais diferidos ativos	Benefício fiscal do ágio incorporado	Total
Expectativa de realização:			
2018	109.194	24.730	133.924
2019	178.112	24.730	202.842
2020	217.726	24.730	242.456
2021	281.108	24.730	305.838
2022	224.781	24.730	249.511
2023-2028	1.459.743	131.654	1.591.397
Total	2.470.664	255.304	2.725.968

O estudo técnico de viabilidade de realização do ativo fiscal diferido da Companhia foi examinado pelo Conselho Fiscal em 07 de fevereiro de 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2018.

As premissas utilizadas para o estudo técnico estão detalhadas na nota explicativa nº 11.2.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

10. Outros créditos

	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		61.018	64.709
Cauções e depósitos vinculados	10.1	55.189	2.955
Valores a receber da alienação de bens e direitos		6.336	6.303
Bens e direitos destinados a alienação	10.2	6.279	–
Serviços prestados		2.239	3.187
Repasse CDE	10.3	68.646	198.281
Outros créditos - partes relacionadas	28.1	1.158	928
Adiantamentos		4.841	7.740
Ressarcimento - acordos bilaterais	10.4	41.029	–
Ressarcimento - acordos bilaterais - partes relacionadas	10.4/28.1	4.922	–
Conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias - CCRBT	10.5	59.767	–
Cobrança contratual - empreiteiras	10.6	7.560	–
Cobrança contratual - empreiteiras - partes relacionadas	10.6/28.1	803	–
Outros		31.015	10.591
Subtotal		349.812	294.694
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - serviços prestados	7	(626)	(227)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - outros créditos	7	(2.759)	(2.628)
Total		34	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As principais premissas usadas são como segue:

- Receitas - são projetadas com base no modelo tarifário vigente e performance do mercado da área de concessão da Companhia e levam em consideração:
 - a. Projeção Mercado: expectativa de crescimento do PIB do Brasil e da área de concessão da Companhia, renda e performance da atividade comercial e industrial do Estado de São Paulo; novas conexões de clientes solicitadas à Companhia;
 - b. Projeção Tarifa: repasse dos custos com compra, venda e transmissão de energia; encargos setoriais e tributos; inflação; qualidade e produtividade; reconhecimento dos investimentos; dentre outros.
- Custos e despesas operacionais - são projetados com base no modelo tarifário vigente e performance do mercado da área de concessão da Companhia e levam em consideração:
 - a. Custos com Energia Elétrica: repasse dos custos com compra, venda e transmissão de energia; encargos setoriais e tributos; projetados com base na perspectiva da performance de mercado, hidrologia, contratos celebrados pela Companhia e inflação, dentre outros;
 - b. Custos e despesas operacionais: custos e despesas associadas a operação e administração, que levam em consideração o crescimento do mercado, inflação do período, obras e atividades previstas para o período e pela quantidade física, valor unitário e média histórica dependendo da natureza do gasto, dentre outros. Dentre este grupo, destaca-se o Programa de Produtividade da Companhia que visa: (i) recuperação de indicadores de qualidade, incluindo, com base no novo nível de investimentos, redes inteligentes, digitalização de processos; (ii) gerenciamento da receita, com o desenvolvimento de sistema para antecipar o comportamento dos consumidores, levar inteligência ao processo e transformação do leitorista em agente comercial; e (iii) eficiência como resultado de maior produtividade e investimentos realizados na rede.
- Investimentos de capital - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços com qualidade e confiabilidade operacional.
- Período de projeção - até 2028, pois considera o término do contrato de concessão, celebrado pela Companhia em 1998 com o Poder Concedente.
- Período de extrapolação após 2022: (i) Índices macroeconômicos (PIB, SELIC, TJLP, IGPM, etc.); último índice disponibilizado pelo relatório Focus ou relatório macroeconômico disponibilizado por bancos comerciais; (ii) Custos e despesas operacionais: Inflação e exclusão de eventos não recorrentes; (iii) Investimentos: reposição da depreciação regulatória; (iv) Mercado: PIB; e (v) Custo de energia: Compatível com crescimento de mercado, inflação e preço do último leilão contratado.

Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação.

Uso de estimativas:

A amortização do intangível é reconhecida no resultado e registrada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

Ativo intangível da concessão	2017	2016
Ativo intangível - custo	7.912.545	7.716.782
Amortização acumulada	(2.930.086)	(2.527.449)
Total do ativo intangível da concessão	5.082.459	5.189.333

O saldo do intangível refere-se, substancialmente, ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Nota	Em curso		Em serviço		Ativo Intangível	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
	Intangível	(-) Obrigações especiais	Intangível	(-) Obrigações especiais			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	603.276	(72.068)	7.592.851	(789.989)	7.334.070	(2.175.692)	5.158.378
Adições	869.971	(101.438)	12.513	–	781.046	(522.909)	258.137
Baixas	–	–	(153.948)	–	(153.948)	122.979	(30.969)
Amortização de obrigações especiais	–	–	–	–	–	48.173	48.173
Transferências	(412.367)	29.441	412.367	(29.441)	–	–	–
Transferências para o ativo financeiro	11.1	(280.645)	36.259	–	(244.386)	–	(244.386)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	780.235	(107.806)	7.863.783	(819.430)	7.716.782	(2.527.449)	5.189.333
Adições	1.113.544	(115.618)	12.477	–	1.010.401	(555.562)	454.839
Baixas	–	–	(233.080)	–	(233.079)	202.377	(30.702)
Amortização de obrigações especiais	–	–	–	–	–	50.548	50.548
Transferências	(595.474)	34.829	595.474	(34.829)	–	–	–
Transferências para o ativo financeiro	11.1	(632.498)	50.938	–	(581.559)	–	(581.559)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	665.807	(137.657)	8.238.654	(854.259)	7.912.545	(2.830.086)	5.082.459

O saldo do ativo intangível em serviço, incluindo obrigações especiais, líquido das respectivas amortizações acumuladas, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 4.554.309 e será amortizado até o final da concessão conforme demonstrado a seguir:

Total a amortizar	2018	2019	2020	2021	2022	2023 a 2028
4.554.309	519.908	507.143	496.017	477.013	443.403	2.110.825

As novas adições serão amortizadas considerando as taxas previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, Resolução ANEEL nº 674/15. As taxas médias dos exercícios foram 3,82% em 2017 e 3,83% em 2016.

12. Ativo e passivo financeiro setorial

Em 10 de dezembro de 2014 foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado para ou reembolsado pela Companhia. Com o advento do referido aditivo do contrato de concessão, foram eliminadas eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização dos ativos e passivos financeiros setoriais. Dessa forma, a Companhia reconhece desde dezembro de 2014 os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis de acordo com o OCPIC 08.

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de "Parcela A" ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário.

A composição, movimentação dos saldos e a composição por ciclo tarifário estão demonstradas da seguinte forma:

	Nota	Saldos em 31.12.2016	Diferimentos	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias (I)	Atualização monetária	Reclassificações	Saldos em 31.12.2017	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante	
Ativos e passivos financeiros setoriais													
Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA													
Energia Itaipu - custo/variação cambial		122.408	1.218.288	39.684	(976.399)	(38.425)	(39.951)	325.605	759.001	(433.396)	(65.179)	390.784	
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA		978.176	413.832	(865.634)	–	54.001	(109.630)	470.745	331.505	139.240	304.992	165.753	
Transporte de energia pela rede básica		24.608	(21.966)	(12.740)	–	(557)	–	(10.655)	(365)	(10.290)	(10.473)	(182)	
Transporte de energia elétrica - Itaipu		29.703	56.040	(27.651)	–	3.224	–	61.316	46.602	14.714	38.015	23.301	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		5.774	12.922	(4.926)	–	612	–	14.382	11.749	2.633	8.508	5.874	
Custos de Aquisição de Energia	12.4	42.094	(250.505)	(44.663)	–	(21.131)	(49.781)	(323.986)	(118.531)	(205.455)	(264.721)	(59.265)	
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	12.6	(581.210)	1.767.401	713.028	(976.399)	(36.882)	75.141	961.079	1.109.912	(148.833)	394.840	566.239	
Demais ativos e passivos financeiros setoriais		(376.737)	(759.436)	282.270	–	(37.692)	44.319	(847.276)	(621.871)	(225.405)	(536.340)	(310.936)	
Neutralidade da Parcela A		(391.067)	(143.282)	101.462	–	(27.760)	39.951	(420.696)	(688.699)	268.003	83.467	(504.163)	
Sobrecontratação de energia		200.408	82.304	(196.992)	–	7.027	–	92.747	(1.640)	94.387	93.567	(820)	
Revisão Tarifária Extraordinária - RN ANEEL 1.858/2015		96.475	(92.338)	4.241	–	9.106	(582)	16.902	(105.706)	122.608	69.755	(52.853)	
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP		(416.222)	–	347.110	–	(15.740)	84.852	–	–	–	–	–	
Fator Xq - Devolução tarifária	12.1	(206.142)	(88.760)	–	–	(24.724)	–	(319.626)	(319.626)	–	–	(319.626)	
Devolução do ajuste tarifário de Angra III	12.2	(61.333)	55.733	–	–	5.600	–	–	–	–	–	–	
Risco hidrológico	12.3	–	175.130	(66.917)	–	3.022	(44.319)	66.916	–	66.916	66.916	–	
Outros	12.5	–	(226.608)	–	–	(3.408)	–	(230.016)	(230.016)	–	(115.008)	(115.008)	
Total		(4.253)	(48.743)	14.020	–	(8.643)	–	(47.619)	(31.711)	(15.908)	(31.763)	(18.586)	
Ativo (passivo) financeiro setorial, líquido		(268.659)	1.075.006	141.146	(976.399)	(66.185)	–	(95.091)	70.302	(165.393)	–	18.288	(113.379)

(i) O montante de R\$ 976.399 contempla o recebimento das bandeiras tarifárias da competência de dezembro de 2016, que foi registrado no passivo financeiro setorial somente em janeiro de 2017, quando da homologação pela ANEEL, e as competências de janeiro a dezembro de 2017 (nota explicativa nº 23).

	Nota	Saldos em 31.12.2016	Diferimentos	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Atualização monetária	Transferências	Reclassificações	Saldos em 31.12.2016	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante
Ativos e passivos financeiros setoriais													
Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA													
Energia Itaipu - custo/variação cambial		2.577.364	(858.765)	(1.385.746)	(497.151)	169.018	117.688	–	122.408	(439.014)	561.422	339.874	(217.466)
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA		1.142.365	495.732	(844.355)	–	193.626	(9.192)	–	978.176	167.963	810.213	894.195	83.981
Transporte de energia pela rede básica		(5.864)	44.170	(17.955)	–	4.257	–	–	24.608	755	23.853	24.231	377
Transporte de energia elétrica - Itaipu		33.218	21.178	(27.969)	–	3.276	–	–	29.703	16.958	12.745	21.224	8.479
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		7.182	4.319	(6.411)	–	684	–	–	5.774	3.140	2.634	4.204	1.570
Custos de Aquisição de Energia		1.075.181	(505.504)	(543.398)	–	63.482	(47.667)	–	42.094	(223.672)	265.766	153.930	(111.836)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER		549.900	(761.393)	(239.687)	(227.700)	(76.877)	174.547	–	(581.210)	(96.102)	(485.108)	(535.200)	(46.010)
Demais ativos e passivos financeiros setoriais		(224.618)	(157.267)	294.029	(269.451)	(19.430)	–	(376.737)	(308.056)	(68.681)	(222.710)	(154.027)	(95.436)
Neutralidade da Parcela A		(1.236.464)	278.485	830.810	–	(121.043)	(117.688)	(25.167)	(391.067)	47.507	(438.574)	(295.631)	(95.436)
Sobrecontratação de energia		112.431	190.388	(112.647)	–	10.236	–	–	200.408	97.802	102.606	151.507	48.901
Revisão Tarifária Extraordinária - RN ANEEL 1.858/2015		(270.813)	181.375	366.261	–	(7.145)	(173.203)	–	96.475	223.324	(126.849)	(15.081)	111.556
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP	12.1	(952.454)	12	579.036	–	(98.331)	55.515	–	(416.222)	(416.222)	–	–	–
Fator Xq - Devolução tarifária	12.2	(58.100)	2.367	–	–	(26.197)	–	–	(206.142)	(206.142)	–	–	(206.142)
Outros	12.5	20.101	(3.341)	(1.840)	–	437	–	(6.037)	(61.333)	(61.333)	–	(14.654)	(46.679)
Total		1.340.900	(580.280)	(554.936)	(497.151)	47.975	–	(25.167)	(268.659)	(391.507)	122.848	–	(312.902)

12.1 Referem-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP). Este montante será subtraído da Parcela B na próxima revisão tarifária da Companhia.

12.2 No final de 2015, a Companhia constatou inconsistências na apuração dos seus indicadores de continuidade DEC e FEC no período compreendido entre 2011 e maio de 2015, havendo a necessidade de reprocessamento destes indicadores e alteração dos valores globais de DEC e FEC anteriormente informados ao órgão regulador. Como consequência, a Companhia registrou uma provisão de devolução tarifária do Fator Xq, entendendo que esse reprocessamento resultasse no recálculo do componente do Fator Xq, tal como já havia ocorrido com outras distribuidoras até o momento.

No entanto, conforme homologado no Reajuste Tarifário de 2017, a solicitação da Companhia para o recálculo do componente do Fator Xq não foi aprovada pela ANEEL. O recálculo do componente do Fator Xq, motivado pelo reprocessamento dos indicadores DEC e FEC, estava explicitamente determinado para as distribuidoras que estão no 3º ciclo de revisão. Para as distribuidoras que estão no 4º ciclo de revisão tarifária, como é o caso da Companhia, não há determinação explícita no Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET) sobre o recálculo do Fator Xq. Em 27 de junho de 2017, a decisão da Diretoria da ANEEL foi por não recalcular o Fator Xq. Dessa forma, a Companhia reverteu o montante de R\$ 61.333 provisionado em 31 de dezembro de 2016.

12.3 Em 28 de março de 2017, a ANEEL decidiu, por meio da Resolução Homologatória nº 2.214/2017, republicar as tarifas de energia das distribuidoras, com o objetivo de excluir da cobertura tarifária relativa ao Encargo de Energia de Reserva (EER) os custos correspondentes à contratação da usina de Angra III no ano de 2016.

O procedimento de devolução foi implementado em duas etapas. Na primeira etapa, válida para o consumo de energia elétrica no mês de abril de 2017, além da exclusão da tarifa dos custos de Angra III no mês, houve também a reversão do montante de custos da usina de Angra III incluídos nas tarifas vigentes desde o processo tarifário anterior, atualizado pela SELIC. Na segunda etapa, válida de 01 de maio de 2017 até o Reajuste Tarifário de 2017 (4 de julho de 2017), foram excluídos da tarifa os custos da usina de Angra III, sem efeitos retroativos. Como os custos previstos da usina de Angra III não integraram os montantes de EER cobrados das distribuidoras, mas foi prevista cobertura tarifária no último Reajuste Tarifário, a Companhia constituiu um passivo financeiro setorial referente a estes montantes.

Com a devolução tarifária antecipada dos custos de Angra III, a Companhia teve como contrapartida o registro de um ativo financeiro setorial no mesmo montante do passivo financeiro setorial anteriormente registrado, não gerando, portanto, efeitos em seu resultado. Os efeitos da devolução tarifária de abril de 2017 retroativos desde o Reajuste Tarifário de 2016 foram incluídos nas tarifas homologadas pela ANEEL no Reajuste Tarifário de 2017 da Companhia.

12.4 Diante de uma condição hidrológica desfavorável desde julho de 2017, houve menor geração hídrica, e com isso o maior despacho de usinas térmicas, aumentando o PLD (Preço de Liquidação de Diferenças) e impactando no nível de rebaixamento da garantia física das usinas hidrelétricas. Para as distribuidoras, isso acarretou em maiores custos de CCEARs de térmicas e maiores custos de risco hidrológico para as usinas de Itaipu, para aquelas que comercializam energia sob Cotas de Garantia Física e para aquelas que venderam CCEARs e repactuaram o Risco Hidrológico. Diante desses fatos, a diferença para o custo contemplado na tarifa é maior, ocasionando um aumento no diferimento ativo com compra de energia em 31 de dezembro de 2017, e consequentemente um montante que deverá ser ressarcido pelos consumidores.

12.5 No início de 2017, a ANEEL instaurou a Audiência Pública nº 04/2017, com o intuito de atualizar o Submódulo 4.4 do PRORET (Demais Componentes Financeiros) e dar tratamento tarifário para a previsão do risco hidrológico.

De acordo com a revisão de tal submódulo, foi previsto que nos processos tarifários das distribuidoras de 2017 seria considerado um componente financeiro referente a uma previsão para cobertura dos riscos hidrológicos associados às usinas comprometidas com contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), à usina de Itaipu e às usinas hidrelétricas cuja energia foi contratada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e que firmaram Termo de Repactuação de Risco em conformidade com a Lei nº 13.203/2015.

Dessa forma, a Companhia teve reconhecido no seu reajuste tarifário de 2017 um componente financeiro referente a essa antecipação, no valor de R\$ 473.072. Conforme entendimento da ANEEL, resultado da audiência pública nº 4/2017, a previsão de risco hidrológico possui natureza de CVA de compra de energia. Dessa maneira, a reversão da previsão seguirá o modelo de saldo a compensar da CVA de compra de energia, ou seja, efetuada de acordo com o mercado faturado deste componente e atualizado por SELIC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Moeda nacional	Vencimento	Taxa efetiva a.a. (%) (II)	2016							Total Circulante + Não Circulante
			Circulante				Não Circulante			
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Empréstimos e financiamentos:										
FINEP 1 [®] - b.6	2020	4,00	34	5.351	-	5.385	12.508	-	12.508	17.893
FINEP 2 [®] - b.6	2024	TJLP+5,00	122	2.725	-	2.847	38.987	-	38.987	41.834
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco - b.7	2019	CDI + 2,64	27.626	120.000	(2.735)	144.891	180.000	(2.318)	177.682	322.573
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC (I) - b.12	2018	CDI + 6,40	13.330	42.000	(745)	54.585	28.000	(338)	27.662	82.247
FINEM - Subcrédito A - b.8	2021	TJLP + 4,22	206	11.192	-	11.398	36.373	-	36.373	47.771
FINEM - Subcrédito B - b.8	2021	SELIC + 4,22	105	13.508	-	13.613	44.221	-	44.221	57.834
FINEM - Subcrédito C - b.8	2021	9,50	87	5.130	-	5.217	16.674	-	16.674	21.891
FINEM - Subcrédito D - b.8	2021	TJLP	1	190	-	191	617	-	617	808
FINEM - Subcrédito E - b.8	2021	SELIC + 3,20	32	5.012	-	5.044	16.289	-	16.289	21.333
FINEM - Subcrédito A (2º protocolo) - b.11	2022	TJLP + 4,07	292	12.477	-	12.769	50.948	-	50.948	63.717
FINEM - Subcrédito B (2º protocolo) - b.11	2022	SELIC + 4,15	131	13.459	-	13.590	54.956	-	54.956	68.546
FINEM - Subcrédito C (2º protocolo) - b.11	2022	SELIC + 4,15	39	4.065	-	4.104	16.597	-	16.597	20.701
FINEM - Subcrédito D (2º protocolo) - b.11	2022	9,50	88	4.218	-	4.306	17.097	-	17.097	21.403
Outros			275	-	-	275	-	-	-	275
Total - Empréstimos e financiamentos			42.368	239.327	(3.480)	278.215	513.267	(2.656)	510.611	788.826
Debêntures:										
Debêntures - 9ª emissão - b.1	2018	CDI + 2,98	5.187	25.000	(1.549)	28.638	75.000	(910)	74.090	102.728
Debêntures - 11ª emissão - b.2	2018	CDI + 2,76	2.407	-	(881)	1.526	100.000	(888)	99.112	100.638
Debêntures - 13ª emissão - b.3	2020	CDI + 3,02	5.310	80.000	(2.807)	82.503	200.000	(3.261)	196.739	279.242
Debêntures - 14ª emissão - b.4	2021	CDI + 2,19	8.224	-	(3.114)	5.110	600.000	(9.935)	590.065	595.175
Debêntures - 15ª emissão - b.5	2018	CDI + 3,69	16.001	250.000	(10.210)	255.791	250.000	(4.897)	245.103	500.894
Debêntures - 17ª emissão (2ª série)	2017	CDI + 2,24	6.419	90.000	(15)	96.404	-	-	-	96.404
Debêntures - 18ª emissão (1ª série) - b.9	2022	CDI + 3,06	6.730	9.521	(272)	15.979	190.480	(771)	189.709	205.688
Debêntures - 18ª emissão (2ª série) - b.9	2022	CDI + 3,07	6.730	9.521	(288)	15.963	190.480	(827)	189.653	205.616
Debêntures - 19ª emissão - b.10	2021	CDI + 3,59	3.404	71.103	(1.356)	73.151	248.896	(2.585)	246.311	319.462
Total - Debêntures			60.412	535.145	(20.492)	575.065	1.854.856	(24.074)	1.830.782	2.405.847
Arrendamento financeiro - c		8,40 a 15,64	-	28.599	-	28.599	48.123	-	48.123	76.722
Total - Arrendamento financeiro			-	28.599	-	28.599	48.123	-	48.123	76.722
Total da dívida			102.780	803.071	(23.972)	881.879	2.416.246	(26.730)	2.389.516	3.271.395

(I) FINEP - saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% sobre a TJLP condicionada a adimplência e execução dos projetos.
(II) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos de cada dívida. Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.
Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.
Em março de 2016, a Companhia firmou com a Caixa Econômica Federal uma operação de conta garantida, mas que não foi utilizada até 31 de dezembro de 2017, com as características abaixo:

Valor	Prazo	Taxa de juros	Taxa de disponibilização de limite
R\$ 100.000	36 meses	CDI + 0,34% a.m.	0,025% a.m. sobre o saldo não utilizado

Garantias: Os financiamentos referentes ao FINEM, 3ª emissão de notas promissórias, a 18ª e 20ª emissões de debêntures possuem como garantia os recebíveis da Companhia, sendo passíveis de bloqueio em conta bancária, em caso de descumprimento contratual. Essa garantia corresponde a: (i) 25% do saldo devedor do financiamento, no caso do FINEM; (ii) 130% do próximo pagamento de principal e/ou juros, no caso da 3ª emissão de notas promissórias e da 18ª emissão de debêntures; e (iii) até 1/3 do saldo devedor, no caso da 20ª emissão de debêntures. Para a FINEP, a Companhia possui 5 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 108.618, com taxas contratuais que variam de 2,00% a 3,85% a.a..

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o exercício de 2017:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a.	Pagamentos juros	Principal a vencer	Data da amortização	Finalidade
a.1	Notas promissórias - 3ª emissão	R\$ 100.000	Fevereiro de 2017	CDI + 2,85%	Nas mesmas datas da amortização das parcelas de principal	R\$ 4.545 R\$ 4.545 R\$ 13.637 R\$ 9.091 R\$ 9.091 R\$ 9.091 R\$ 9.091 R\$ 9.091 R\$ 9.091 R\$ 9.091	Fevereiro de 2018 Agosto de 2018 Fevereiro de 2019 Maio de 2019 Agosto de 2019 Novembro de 2019 Fevereiro de 2020 Maio de 2020 Agosto de 2020 Novembro de 2020 Fevereiro de 2021	Reforço do capital de giro e refinanciamento de dívidas
a.2	CCB - Banco ABC (II)	R\$ 41.000	Maio de 2017	CDI + 3,19%	Semestrais	R\$ 13.666 R\$ 13.667 R\$ 13.667	Maio de 2018 Maio de 2019 Abril de 2020	Reforço de capital de giro
a.3	20ª Emissão	R\$ 700.000	Maio de 2017	120% do CDI	Semestrais	R\$ 70.000 R\$ 70.000 R\$ 280.000 R\$ 280.000	Abril de 2018 Abril de 2019 Abril de 2020 Abril de 2021	Reperflamento do passivo da Companhia e reforço do capital de giro
a.4	21ª Emissão	R\$ 271.000	Agosto de 2017	CDI + 2,95%	Semestrais	R\$ 45.167 R\$ 45.167 R\$ 45.167 R\$ 45.167 R\$ 45.166 R\$ 45.166	Janeiro de 2020 Julho de 2020 Janeiro de 2021 Julho de 2021 Janeiro de 2022 Janeiro de 2022	Refinanciamento do passivo da Companhia e reforço do capital de giro
a.5	CCB - Banco Safra	R\$ 200.000	Novembro de 2017	CDI + 2,00%	Mensal	R\$ 200.000	Maio de 2018	Empréstimo-ponte FINEM
a.6	FINEP 2 (3ª liberação)	R\$ 41.448	Novembro de 2017	TJLP + 5%	Mensal	Mensal	Abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de projetos

(a.3) Em 24 de maio de 2017, a Companhia concluiu a 20ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas 700.000.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), perfazendo o montante total de R\$ 700.000, sendo que R\$ 185.896 decorreram de moeda nacional corrente e o restante mediante a dação em pagamento de debêntures integrantes da 9ª e 15ª emissão de debêntures da Companhia, nos montantes de R\$ 82.033 e R\$ 432.071, respectivamente. A dação em pagamento da 9ª e 15ª emissão de debêntures foi avaliada pela Companhia como uma modificação não substancial e, por este motivo, os custos não amortizados das referidas debêntures foram incorporados parcialmente aos custos de emissão da 20ª debênture, e estão sendo amortizados da nova taxa efetiva. Dessa forma, foram transferidos aos custos de emissão da nova dívida os montantes de R\$ 1.551 e R\$ 9.907 correspondentes a 9ª e 15ª emissão de debêntures, respectivamente.

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a.	Pagamentos juros	Principal a vencer	Data da amortização	Finalidade
b.1	9ª Emissão	R\$ 250.000	Dezembro de 2005	CDI + 1,12%	Semestrais	Anual R\$ 14.667	Agosto de 2018	Pré-pagamento de dívidas renegociadas entre a Companhia e bancos credores em 2004
b.2	11ª Emissão	R\$ 200.000	Novembro de 2007	CDI + 1,75%	Semestrais	Anual R\$ 100.000	Novembro de 2018	Realização de investimentos no sistema de distribuição
b.3	13ª Emissão	R\$ 400.000	Dezembro de 2015	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual R\$ 80.000 R\$ 80.000 R\$ 40.000	Maio de 2018 Maio de 2019 Maio de 2020	Pagamento dos Bonds denominados em reais, emitidos pela Companhia em junho de 2005 e vencidos em maio de 2010, e para financiamento de parte dos investimentos de 2010
b.4	14ª Emissão	R\$ 600.000	Novembro de 2011	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual R\$ 60.000 R\$ 180.000 R\$ 180.000 R\$ 180.000	Novembro de 2018 Novembro de 2019 Novembro de 2020 Novembro de 2021	Recomposição do caixa em virtude das amortizações de dívida referentes a 2011 e 2012
b.5	15ª Emissão	R\$ 750.000	Outubro de 2012	CDI + 1,24%	Semestrais	Anual R\$ 35.110	Outubro de 2018	Pagamento antecipado da 10ª Emissão de Debêntures, 12ª Emissão de Debêntures e Cédulas de Crédito Bancário (CCB's Citibank S.A.)
b.6	FINEP 1	R\$ 37.096	Fevereiro de 2012	4,0%	Mensal	Mensal (a partir de fevereiro de 2014)	Fevereiro de 2020	Financiamento de projetos de inovação
b.6	FINEP 2	R\$ 55.301	Abril de 2014	TJLP + 5%	Mensal	Mensal (a partir de abril de 2017)	Abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de projetos
b.7	Bradesco (CCB's)	R\$ 600.000	Novembro de 2009	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual R\$ 120.000 R\$ 60.000	Novembro de 2018 Novembro de 2019	Liquidação de valores que eram devidos à Receita Federal e que foram renegociados com a adesão ao Programa REFIS da Receita Federal em novembro de 2009
b.8	FINEM - Subcrédito A (1º protocolo) FINEM - Subcrédito B (1º protocolo) FINEM - Subcrédito C (1º protocolo) FINEM - Subcrédito E (1º protocolo) FINEM - Subcrédito D (1º protocolo)	R\$ 172.000	Fevereiro de 2015	TJLP + 4,22% SELIC + 4,22% 9,5% SELIC + 3,20% TJLP	Trimestral até a carência. A partir desta data, mensal	Mensal (a partir de outubro de 2015)	Março de 2021	Implementação do programa de investimento, referente ao ano de 2014, objetivando a expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica
b.9	18ª Emissão (1ª série)	R\$ 200.000	Julho de 2015	CDI + 2,85%	Trimestrais	Trimestral R\$ 9.520 Única R\$ 19.120	Janeiro de 2018 a Abril de 2022 Julho de 2022	Reforço de capital de giro, refinanciamento de dívidas e investimentos nos exercícios sociais de 2015, 2016 e 2017
b.9	18ª Emissão (2ª série)	R\$ 200.000	Julho de 2015	CDI + 2,85%	Trimestrais	Trimestral R\$ 9.520 Única R\$ 19.120	Janeiro de 2018 a Abril de 2022 Julho de 2022	Reforço de capital de giro, refinanciamento de dívidas e investimentos nos exercícios sociais de 2015, 2016 e 2017
b.10	19ª Emissão	R\$ 320.000	Dezembro de 2015	CDI + 2,95%	Semestrais	Semestral R\$ 35.552 Única R\$ 35.584	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020 Julho de 2021	Resgate antecipado obrigatório das Notas promissórias - 2ª Emissão, recomposição de caixa referente aos pagamentos das parcelas de principal vencidas em 2015 e 2016 da CCB Bradesco e da parcela de principal vencida em 2016 da 13ª emissão de debêntures
b.11	FINEM - Subcrédito A (2º protocolo) FINEM - Subcrédito B (2º protocolo) FINEM - Subcrédito C (2º protocolo) FINEM - Subcrédito D (2º protocolo)	R\$ 67.000 R\$ 66.999 R\$ 20.235 R\$ 22.875	Fevereiro de 2016 Fevereiro de 2016 Fevereiro de 2016 Junho de 2016	TJLP + 4,07% SELIC + 4,15% SELIC + 4,15% 9,5%	Trimestral até a carência (15/07/2016). A partir desta data, mensal	Mensal (a partir de agosto de 2016)	Janeiro de 2022	Programa de investimento objetivando a expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica
b.12	CCB - Banco ABC (I)	R\$ 70.000	Maio de 2017	CDI + 3,19%	Semestrais	R\$ 18.667 R\$ 18.667 R\$ 18.667	Maio de 2018 Maio de 2019 Abril de 2020	Reforço de capital de giro

Alterações realizadas durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2017:

CCB - Banco ABC (I) (b.12): Em 11 de maio de 2017, foi assinado o 1º aditamento desse empréstimo, sendo alterados: (i) os juros remuneratórios, que passaram de CDI + 4,60% para CDI + 3,19%; (ii) o prazo final, passando de 21 de dezembro de 2018 para 27 de abril de 2020; e (iii) a forma de pagamento da dívida, passando as parcelas de principal e juros a serem pagas conforme o fluxo detalhado no quadro anterior. Não houve custos com a obtenção desse aditamento.

c) Arrendamento financeiro

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado da Companhia em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois, o menor.
Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com o prazo do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.
Os contratos de arrendamentos financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática, veículos e aluguel de edificações e não contém cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros. A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos.
O saldo de arrendamento financeiro registrado em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 83.483 (R\$ 76.722 em 31 de dezembro de 2016) no passivo, e R\$ 72.762 (R\$ 69.645 em 31 de dezembro de 2016) no ativo.

Nos contratos de arrendamento mercantil classificados como "operacional", pagamentos são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	2017		2016	
	R\$	%	R\$	%
CDI	3.067.223	87,56	2.709.299	85,50
SELIC	143.583	4,10	168.107	5,31
TJLP	162.832	4,65	153.509	4,84
Taxa fixa	129.407	3,69	137.700	4,35
Total	3.503.045	100,00	3.168.615	100,00

15.4 Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Moeda nacional				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custos a amortizar	Total
2019	222.907	477.264	21.518	(17.608)	704.081
2020	154.090	737.598	14.363	(10.012)	896.039
2021	66.369	662.078	7.443	(3.577)	732.313
2022	15.732	166.652	4.590	(199)	186.775
2023	13.581	-	2.476	-	16.057
2024 em diante	4.827	-	2.477	-	7.304
	477.506	2.043.592	52.867	(31.396)	2.542.569

15.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

	2017	2016
	%	%
CDI (*)	6,89	13,63
SELIC (*)	6,90	13,65
TJLP (*)	7,00	16,50

(*) Índice do último dia do exercício.

15.6 A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures foi como segue:

Moeda nacional	Saldo inicial 31.12.2016	Ingressos	Encargos financeiros	Variação monetária	Pagamentos principal	Pagamentos encargos financeiros	Migração de credores (1)	Diferimento custos de transação	Amortização custos de transação	Outras movimentações	Saldo final 31.12.2017
----------------	--------------------------	-----------	----------------------	--------------------	----------------------	---------------------------------	--------------------------	---------------------------------	---------------------------------	----------------------	------------------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Moeda nacional	Saldo inicial 31.12.2015	Ingressos	Encargos financeiros	Variação monetária	Pagamentos principal	Pagamentos encargos financeiros	Diferimento custos de transação	Amortização custos de transação	Outras movimentações	Saldo final 31.12.2016
Empréstimos e financiamentos:										
FINAME	639	-	11	-	(636)	(14)	-	-	-	-
FINPE	44.485	25.904	3.589	775	(6.098)	(3.542)	-	-	(5.386)	59.727
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco	296.875	-	45.616	-	-	(20.453)	-	535	-	322.573
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC	-	70.000	13.331	-	-	-	(2.004)	920	-	82.247
FINEM - Subcrédito A	58.163	-	5.244	753	(11.112)	(5.277)	-	-	-	47.771
FINEM - Subcrédito B	62.651	-	2.500	7.913	(12.726)	(2.504)	-	-	-	57.834
FINEM - Subcrédito C	27.041	-	2.220	-	(5.130)	(2.240)	-	-	-	21.891
FINEM - Subcrédito D	-	856	14	3	(52)	(13)	-	-	-	808
FINEM - Subcrédito E	23.109	-	705	2.919	(4.695)	(705)	-	-	-	21.333
FINEM - Subcrédito A (2º protocolo)	-	67.000	4.192	609	(4.194)	(3.900)	-	-	-	63.717
FINEM - Subcrédito B (2º protocolo)	-	66.999	1.843	5.889	(4.474)	(1.711)	-	-	-	68.546
FINEM - Subcrédito C (2º protocolo)	-	20.235	556	1.778	(1.351)	(517)	-	-	-	20.701
FINEM - Subcrédito D (2º protocolo)	-	22.875	894	-	(1.559)	(807)	-	-	-	21.403
Outros	275	-	3.304	-	-	(3.304)	-	-	-	275
Total - Empréstimos e financiamentos	513.238	273.869	84.019	20.639	(52.017)	(44.987)	(2.004)	1.455	(5.386)	788.826
Debêntures:										
Debêntures - 9ª emissão	179.367	-	21.893	-	(75.000)	(26.003)	-	2.471	-	102.728
Debêntures - 11ª emissão	203.222	-	28.390	-	(100.000)	(30.911)	(900)	837	-	100.638
Debêntures - 13ª emissão	277.466	-	42.203	-	-	(39.192)	(2.520)	1.285	-	279.242
Debêntures - 14ª emissão	598.412	-	90.763	-	-	(90.296)	(5.400)	1.696	-	595.175
Debêntures - 15ª emissão	764.971	-	103.450	-	(250.000)	(111.935)	(10.377)	4.785	-	500.894
Debêntures - 16ª emissão	193.654	-	9.379	-	(174.930)	(28.368)	(2.904)	3.169	-	96.404
Debêntures - 17ª emissão (2ª série)	96.215	-	13.999	-	-	(14.099)	-	289	-	96.404
Debêntures - 18ª emissão (1ª série)	205.711	-	32.449	-	-	(32.709)	-	237	-	205.688
Debêntures - 18ª emissão (2ª série)	205.623	-	32.449	-	-	(32.709)	-	253	-	205.616
Debêntures - 19ª emissão	321.482	-	53.266	-	-	(52.744)	(2.880)	338	-	319.462
Total - Debêntures	3.046.123	-	428.241	-	(599.930)	(458.966)	(24.981)	15.360	-	2.405.847
Arrendamento financeiro	43.181	44.531	14.747	-	(25.737)	-	-	-	-	76.722
Total - Arrendamento financeiro	43.181	44.531	14.747	-	(25.737)	-	-	-	-	76.722
Total da dívida	3.602.542	318.400	527.007	20.639	(677.684)	(503.953)	(26.985)	16.815	(5.386)	3.271.395

15.6.1 Conciliação da movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures resultantes das atividades de financiamento do Fluxo de Caixa:

	2017					
	Movimentação das dívidas: (+) Ingressos (-) Pagamentos principal (-) Diferimento custos de transação	Alterações de não caixa:		Alterações de caixa:		
		Arrendamento financeiro	Custos de transação não diferidos - 20ª emissão (i)	Custos de transação Reorganização societária (ii)	Custos da migração Novo Mercado (iii)	Demonstração do Fluxo de Caixa
Atividades de financiamento:						
Ingresso de novos empréstimos, debêntures e arrendamento financeiro	866.147	(26.804)	-	-	-	839.343
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(522.727)	-	-	-	-	(522.727)
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	(31.784)	-	-	-	-	(31.784)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(29.591)	-	(8.726)	(22.077)	3.084	(57.310)
Total	282.045	(26.804)	(8.726)	(8.726)	3.084	227.522

(i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 15.2 (a.3), os custos de transação do ingresso da 20ª emissão de debêntures, totalizaram R\$ 11.881, sendo diferido o montante de R\$ 3.155, pois o montante remanescente de R\$ 8.726 representa os custos dos credores já existentes, o qual foi registrado como despesa financeira no exercício.
(ii) O montante de R\$ 22.077 refere-se aos custos incorridos com a obtenção do consentimento prévio dos credores durante o processo de reorganização societária concluído em 30 de dezembro de 2016. Os custos foram diferidos em dezembro de 2016 e pagos em janeiro de 2017.
(iii) Os custos incorridos com a obtenção do consentimento prévio dos credores referente à migração para o novo mercado (nota explicativa nº 1.1) foram de R\$ 19.241. Em consonância com o CPC 38, a Companhia avaliou que não houve modificação substancial nos termos das dívidas e, dessa forma, os custos referentes à obtenção do consentimento dos credores foram diferidos e estão sendo amortizados pelo prazo de realização de cada dívida. Como consequência, as taxas efetivas de juros sofreram alteração. Os custos foram diferidos em novembro de 2017, sendo R\$ 16.157 pagos em novembro de 2017 e R\$ 3.084 em janeiro de 2018.

15.7 Compromissos financeiros - Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (covenants) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

(i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao LAJIDA (EBITDA) ajustado (*) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

(ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o LAJIDA (EBITDA) ajustado (*) sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, esse índice não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

Em 31 de dezembro de 2017, esses índices eram de:

(i) Dívida líquida/LAJIDA (EBITDA) ajustado = 2,90 vezes;

(ii) LAJIDA (EBITDA) ajustado/despesa financeira = 3,27 vezes.

O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos covenants.

A Companhia também acompanha outras cláusulas restritivas (covenants qualitativos), as quais em 31 de dezembro de 2017 foram atendidas.

(*) LAJIDA (EBITDA) ajustado significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Companhia na linha "Resultado Operacional" (excluindo as receitas e despesas financeiras), (ii) de todos os montantes de depreciação e amortização, (iii) de todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de "custo de operação" e (iv) dos ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL, desde que não incluídos no resultado operacional acima.

16. Obrigações com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano reformulado para as parcelas de benefício definido é partitório entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio variam de 1,45% a 4,22%, conforme a faixa salarial, e são reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldo - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implantado na privatização da Companhia. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano misto de suplementação. O benefício é pago a partir da data em que o participante completa as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Uso de estimativas:

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

A taxa utilizada para descontar a valor presente das obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação do benefício definido.

Taxa de mortalidade

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A FUNCESP testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam em taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

Ao final do exercício de 2017, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

(a) Ativos e passivos atuariais:

	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais	11.785.989	11.671.888
Valor justo dos ativos do plano	(8.078.889)	(7.894.541)
Obrigação registrada	3.707.100	3.777.347

(b) Movimentações do valor presente das obrigações atuariais:

	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	11.671.888	9.770.083
Custo dos serviços correntes	14.991	15.810
Custo dos juros	1.178.551	1.153.838
Benefícios pagos	(1.038.421)	(991.122)
Contribuições dos empregados	7.690	7.569
Perda (ganho) atuarial	(48.710)	1.715.710
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	11.785.989	11.671.888

(c) Movimentações do valor justo dos ativos do plano:

	2017	2016
Valor dos ativos do plano no início do exercício	7.894.541	7.165.116
Contribuição do empregador	450.413	416.345
Contribuições dos empregados	7.690	7.569
Ganho (perda) atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(39.564)	480.748
Rendimento esperado dos ativos do plano	804.230	815.885
Benefícios pagos	(1.038.421)	(991.122)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	8.078.889	7.894.541

(d) Despesas reconhecidas no resultado do exercício:

	2017	2016
Custo dos serviços correntes	14.991	15.810
Custo dos juros	1.178.551	1.153.838
Rendimento esperado dos ativos do plano	(804.230)	(815.885)
Total das despesas benefício definido	389.312	353.763
Capitalização para o intangível em curso	(1.607)	(1.239)
Outras contribuições - Contribuição definida	5.010	3.141
Total das despesas no exercício	392.715	355.665

(e) Movimentação contábil do passivo registrado:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	3.777.347	2.604.967
Despesa do exercício conforme laudo atuarial	389.312	353.763
Pagamento de contribuições	(450.413)	(416.345)
Ajuste de avaliação atuarial	(9.146)	1.234.962
Saldo no final do exercício	3.707.100	3.777.347

(f) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	(2.468.018)	(1.233.056)
Perda atuarial gerado pela taxa de desconto	(508.482)	(1.372.305)
Ganho (perda) atuarial gerada pela experiência demográfica (i)	563.769	(343.405)
Perda atuarial gerado pela premissa demográfica (ii)	(5.777)	-
Ganho (perda) atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(39.564)	480.748
Saldo no final do exercício	(2.458.872)	(2.468.018)

(i) Ganho gerado em virtude do índice de reajuste dos benefícios dos aposentados (IGP-DI), acumulado em 2017 ter sido negativo em 0,42%, enquanto que a meta do IGP-DI projetada para o exercício foi de 4,5% a.a..

(ii) Com base no último estudo realizado de aderência da tábua de mortalidade, a FUNCESP verificou a necessidade de ajustar a premissa de idade de entrada de aposentadoria de homens. Esta premissa considera que os colaboradores do sexo masculino ao fazerem sua opção pela aposentadoria na FUNCESP contarão com 35 anos de serviço acumulado reconhecido pelo INSS, enquanto que a premissa anterior considerava um tempo de serviço acumulado de 34 anos. Isto significa que tais colaboradores permanecerão por mais tempo no plano de aposentadoria da Companhia, aumentando o valor de seus benefícios. A alteração dessa premissa gerou um acréscimo no compromisso do plano na ordem de R\$ 6.577.

(g) Composição dos investimentos do plano por segmento:

	Distribuição dos investimentos		Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional	
	2017	2016		
Renda fixa	75,59%	81,06%		até 100%
Renda variável	16,22%	12,97%		até 70%
Empréstimos a participantes	1,68%	1,70%		até 15%
Imóveis	3,31%	3,31%		até 8%
Investimentos estruturados	3,20%	0,96%		até 20%
Total	100,00%	100,00%		

A gestão dos recursos do plano de aposentadoria da Companhia, administrado pela FUNCESP, tem como objetivo principal buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos do plano já constituídos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria.

Os ativos dos planos são distribuídos em diversas modalidades de investimentos, tais como renda fixa e variável, imóveis, empréstimos e investimentos no exterior. Esses ativos são todos avaliados pelo valor mercado. Os imóveis são ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas anualmente, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel. A avaliação desses ativos é submetida aos órgãos de governança da FUNCESP (conselho fiscal), bem como para auditoria externa independente anualmente.

(h) Premissas atuariais utilizadas:

	2018	2017	2º semestre de 2016	1º semestre de 2016
a) Premissas econômicas:				
a1) Determinação do passivo atuarial:				
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	N/A	10,04% a.a.	10,56% a.a.	10,82% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	6,59% a.a.	6,59% a.a.	6,59% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	N/A	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	N/A	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
a2) Determinação da despesa atuarial:				
Taxa de desconto nominal	10,04% a.a.	10,56% a.a.	10,82% a.a.	12,13% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,59% a.a.	6,59% a.a.	6,59% a.a.	6,59% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
b) Premissas demográficas:				
Tábua biométrica de mortalidade (passivo atuarial)	N/A	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade (despesa)	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	N/A	Light fraca	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada	N/A	EXPR 2012	EXPR 2012	EXPR 2012
c) Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos	N/A	19,55	19,55	19,55

(i) Estimativa da despesa de benefício definido para o exercício de 2018:

	2018
--	------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações das provisões dos processos judiciais e outros são como segue:

	Passivo					
	Saldo inicial 31.12.2016	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2017
Processos trabalhistas	244.935	105.286	17.054	(58.714)	(57.141)	251.420
Processos cíveis:						
Plano cruzado - reajuste de tarifa	15.512	903	1.112	(1.659)	(1.531)	14.337
Processos cíveis	16.681	41.506	1.940	(25.372)	(13.883)	20.872
Autos de infração - Fundação Procon	12.969	-	1.348	-	-	14.317
Imobiliário	178	10	19	(8)	3	202
Acordo Eletrobras	-	1.499.138	-	-	-	1.499.138
Processos regulatórios	63.116	1.562	5.465	(10.324)	(13.965)	45.854
Processos fiscais:						
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	60.939	19.864	6.375	-	-	87.178
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios	63.398	-	2.622	-	-	66.020
Outros processos fiscais	10.744	6.219	678	(972)	(3.566)	13.102
Processos ambientais	10.164	1.187	272	(4.666)	(321)	6.636
Outros processos	24.546	1.208	61	(780)	(15.294)	9.741
Total	523.182	1.676.882	36.946	(102.495)	(105.698)	2.028.817

	Passivo					
	Saldo inicial 31.12.2015	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2016
Processos trabalhistas	247.899	119.686	17.828	(46.452)	(94.026)	244.935
Processos cíveis:						
Plano cruzado - reajuste de tarifa	13.492	745	2.223	(126)	(822)	15.512
Processos cíveis	24.455	21.438	3.188	(21.480)	(10.920)	16.681
Autos de infração - Fundação Procon	1.566	10.859	938	-	(394)	12.969
Imobiliário	4.818	231	649	(3.209)	(2.311)	178
Acordo Eletrobras	71.445	58.922	5.051	(10.902)	(61.393)	63.116
Processos regulatórios						
Processos fiscais						
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	20.231	36.059	4.649	-	-	60.939
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios	39.769	18.082	5.547	-	-	63.398
Outros processos fiscais	25.429	119	1.201	(335)	(15.670)	10.744
Processos ambientais	11.425	5.130	398	(6.700)	(89)	10.164
Outros processos	25.940	462	74	-	(1.830)	24.546
Total	466.367	271.733	41.746	(89.211)	(187.455)	523.182

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo, podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

a) Processos trabalhistas: A Companhia é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em 4.182 processos (4.190 processos em 31 de dezembro de 2016) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. A Companhia mantém provisão para 2.497 processos (2.005 em 31 de dezembro de 2016). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos entre 2016 e 2023.

b.1) Processos cíveis:
b.1) Plano cruzado - reajuste de tarifa: Referem-se a processos movidos contra a Companhia por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) durante o período em que o plano econômico (Plano Cruzado) estabelecia o congelamento geral de preços. O Plano Cruzado teve vigência de fevereiro a novembro de 1986. Atualmente os processos dessa natureza prosseguem com relação à parcela controversa da matéria, resultante da diferença de cálculo apresentado pelas partes, com provisão no montante de R\$ 14.337 (R\$ 15.512 em 31 de dezembro de 2016). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos sejam concluídos até 2020.

b.2) Outros processos cíveis: A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação e tem suas chances de perda classificadas como provável. Em 31 de dezembro de 2017, tais demandas respondem pela provisão de R\$ 20.872 (R\$ 16.681 em 31 de dezembro de 2016). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos sejam concluídos até 2019.

Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a Companhia figura no polo passivo envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de R\$ 16.666 (R\$ 14.725 em 31 de dezembro de 2016).

Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões com agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de R\$ 4.206 (R\$ 1.956 em 31 de dezembro de 2016).

b.3) Autos de infração - Fundação Procon-SP: A Companhia possui 3 Autos de Infração lavrados pelo Procon/SP, em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor. A Companhia, no entanto, contesta judicialmente todos os Autos de Infração. Atualmente, os processos aguardam julgamento nos Tribunais Superiores. Em 31 de dezembro de 2017, tais demandas respondem pela provisão de R\$ 14.317 (R\$ 12.969 em 31 de dezembro de 2016).

b.4) Acordo Eletrobras: Em 04 de outubro de 2017, a Companhia iniciou o processo de mediação junto à Eletrobras visando estabelecer critérios para negociar as bases para um acordo a fim de encerrar uma longa disputa judicial que envolve a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP") e a Companhia, quanto à responsabilidade pelo pagamento do saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem a quatro companhias, entre as quais a Eletropaulo e a CTEEP atuais. Depois da finalização de um processo de mediação e obtenção da aprovação dos Conselhos de Administração de ambas as companhias, a Companhia celebrou, em 09 de março de 2018, um acordo com a Eletrobras, e com os advogados por ela indicados, visando encerrar a discussão quanto à responsabilidade pelo pagamento do saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo ECF-1046/86 (Acordo). Com base nos termos do Acordo, a Companhia irá desembolsar o valor de R\$ 1.500.000, definido pelas partes no âmbito do processo de mediação, da seguinte forma: R\$1.400.000 em favor da Eletrobras e R\$100.000 em favor dos advogados indicados pela Eletrobras, relativamente a honorários de sucumbência.

O valor a ser pago à Eletrobras será quitado da seguinte forma:

- Pagamento de R\$ 250.000 a ser realizado após trânsito em julgado da homologação judicial dos Acordos com Eletrobras e com os advogados, o que ocorrer por último;
 - Pagamento de 3 parcelas anuais de R\$300.000, sendo a primeira 12 meses após o pagamento da primeira parcela descrita anteriormente;
 - Pagamento da última parcela de R\$250.000, 48 meses após o pagamento da primeira parcela.
- Os valores serão atualizados, a partir de 31 de janeiro de 2018, por CDI + 1% na efetiva data de pagamento de cada parcela.
- O valor a ser pago aos advogados será quitado da seguinte forma:
- Pagamento de 50% após o trânsito em julgado da homologação judicial dos Acordos com Eletrobras e com os advogados, o que ocorrer por último; e
 - Pagamento do saldo remanescente ao final de 60 meses após o pagamento da primeira parcela.

Os valores serão atualizados, a partir de 31 de janeiro de 2018, por CDI + 1% na efetiva data de pagamento de cada parcela. A eficácia dos Acordos ainda está sujeita ao trânsito em julgado da sua homologação judicial perante o Juízo da 5ª Vara Civil da Comarca do Rio de Janeiro, o que dará ensejo ao encerramento do processo judicial e contribuirá para a estratégia de recuperação de valor da Companhia. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia considera que as chances de não homologação dos Acordos são remotas. Diante disso, a Companhia classificou esses montantes como provisão na rubrica de processos judiciais e outros e não como contas a pagar.

As formalizações dos Acordos evidenciou uma condição que já existia em 31 de dezembro de 2017, visto que o processo judicial que deu origem aos montantes era reconhecido e divulgado pela Companhia como um passivo contingente. Considerando que as chances de não homologação dos Acordos são remotas, a Companhia avaliou como provável a saída de recursos e, desta forma, registrou o montante de R\$1.500.000 em contrapartida ao resultado financeiro (nota explicativa nº 26), visto que a questão envolvida era quanto à responsabilidade pelo pagamento do saldo de encargos financeiros oriundos do contrato ECF-1046, refletindo adequadamente a natureza do item, mantendo a consistência da prática adotada pela Companhia e permitindo comparabilidade nas demonstrações contábeis.

A Companhia incorreu em despesas pertinentes ao processo de mediação no total de R\$ 1.725, e tais despesas no momento do Acordo, foram rateadas na proporção de 50% para a Companhia e 50% para a Eletrobras. Dessa forma, o impacto total do Acordo foi de R\$1.499.138, registrado nas demonstrações contábeis, conforme segue:

	Nota	2017
		1.499.138
		289.138
		1.200.000

Passivo - provisão para processos judiciais e outros

Circulante	18	1.499.138
Não circulante	18	1.200.000

Demonstração do resultado - serviços de terceiros

Reembolso processo de mediação

Demonstração do resultado - despesa financeira	862
---	-----

Provisão acordo Eletrobras

	26	(1.500.000)
--	----	-------------

Em adição às despesas do processo de mediação no montante de R\$862, a Companhia incorreu em outras despesas relacionadas ao Acordo, no valor de R\$8.300, totalizando R\$9.162, que foram registradas na rubrica de serviços de terceiros. A atualização monetária dessas despesas no montante de R\$8.312 foi registrada na rubrica de despesas financeiras (nota explicativa nº 26).

c.) Processos regulatórios:

c.1) A Companhia possui 2 autos de infração (nº 0014/2015- ARSESP-SFE - TN 0012/2015, nº 001/2016-ARSESP-SFE - TN 0005/2015) em virtude de indicadores de continuidade individuais e coletivos para os anos de 2014 e 2013, respectivamente. Em razão da avaliação do processo de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, bem como pagamento das compensações financeiras relacionadas às transgressões dos índices. As penalidades recebidas somam o total de R\$ 81.616, sendo: R\$ 35.887 referente ao AI nº 0014/2015 e R\$ 45.729 ao AI nº 001/2016. Em 2016, a diretoria da ARSESP deliberou em juízo de reconsideração pela revisão do valor das penalidades dos autos de infração nº 0014/2015 e nº 001/2016, reduzindo para R\$ 31.522 e R\$ 44.695, respectivamente. Com isso, o montante total de todas as penalidades reduziu de R\$ 81.616 para R\$ 76.217.

Considerando a avaliação da assessoria jurídica da Companhia, de um total atualizado até 31 de dezembro de 2017 de R\$ 96.483 relativo a essas penalidades, somente R\$ 26.978 e R\$ 18.458 (R\$ 24.529 e R\$ 16.786 em 31 de dezembro de 2016), são classificadas como de perda provável no Judiciário, estando esses montantes provisionados nesta mesma data. Em dezembro de 2017 a Companhia deu continuidade às tratativas com a ANEEL sobre o seu recurso, tendo arquivado novas informações ao processo. Essas novas informações têm por objetivo materializar evidências que a Companhia acredita que poderão modificar a decisão manifestada pela ANEEL nos autos, oferecendo, a partir de então, a expectativa de cancelamento de algumas não conformidades e a reconsideração parcial de outras, com a consequente redução das multas aplicadas. Mesmo com as novas informações, a Companhia manteve sua reavaliação em relação à provisão já constituída para esses dois autos, devido ao recebimento de mais dois processos de mesma natureza (nota explicativa nº 18.2 (b.4)).

c.2) A Companhia recebeu, em 24 de março de 2016, o Auto de Infração nº 0014/2016 - TN nº 0001/2016, referente à Fiscalização Técnica Periódica ocorrida no período de 23 de novembro a 2 de dezembro de 2015, em relação a processos técnicos no ano de 2014, no montante de R\$ 14.637. Em juízo de reconsideração, a ANEEL deliberou em 19 de dezembro de 2017 pela redução da penalidade para R\$ 11.028, sendo que, atualizado até 31 de dezembro de 2017, o valor representa R\$ 13.114. Para pagamento, a Companhia parcelou o referido valor em 3 vezes, tendo sido paga a primeira parcela em 04 de janeiro de 2018 no valor de R\$ 4.391, e as demais a serem quitadas até o dia 10 dos meses de fevereiro e março de 2018, devidamente atualizadas (SELIC). O montante de R\$ 13.114 atualizado até 31 de dezembro de 2017 (R\$ 12.228 em 31 de dezembro de 2016) foi reclassificado para outras obrigações (nota explicativa nº 20).

c.3) A Companhia está envolvida em outro processo regulatório, para o qual está provisionado o montante que, atualizado até 31 de dezembro de 2017, corresponde a R\$ 418 (R\$ 9.573 em 31 de dezembro de 2016). Esse processo refere-se a Termo de Notificação da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os processos regulatórios serão concluídos em até 1 ano.

d.) Processos fiscais:

d.1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 01 de julho de 2015, e até que seja proferida decisão de mérito sobre a ação. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia vem efetuando depósitos judiciais nos montantes correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 31 de dezembro de 2017, corresponde a R\$ 87.178 (R\$ 60.939 em 31 de dezembro de 2016) e efetuou depósitos judiciais no montante de R\$ 94.289. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2021.

d.2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: Trata-se de mandato de segurança impetrado pela Companhia em que se discute a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em outubro de 2011, foi concedida a medida liminar requerida para suspender a exigibilidade dos tributos questionados. Com base nesta decisão, a Companhia interrompeu os recolhimentos de IRPJ e CSLL sobre os referidos juros, passando a provisioná-los. Em março de 2012, foi proferida decisão de 1ª instância favorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se o julgamento em 2ª instância do recurso interposto pela Fazenda Nacional. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2017 corresponde a R\$ 66.020 (R\$ 63.398 em 31 de dezembro de 2016).

d.3) Outros processos fiscais: Existem processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destaca, no âmbito municipal, a existência de casos de IPTU, taxas e multas posturais, enquanto no âmbito federal processos que versam sobre autuações relativas a INSS. Em 31 de dezembro de 2017, a provisão corresponde a R\$ 13.102 (R\$ 10.744 em 31 de dezembro de 2016) e é estimado que os atuais processos serão concluídos até 2024.

e) Processos ambientais: Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Em 31 de dezembro de 2017, tais demandas respondiam pela provisão de R\$ 6.636 (R\$ 10.164 em 31 de dezembro de 2016). Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como a do Complexo Cambuci, Miguel Yunes e Estações transformadoras de distribuição, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

e.1) Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as ré, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de "segunda categoria", e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à primeira instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público e a Secretária do Meio Ambiente - SMA para a implementação de um projeto ambiental na região. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém provisão para cumprimento das partes estimáveis da presente demanda no montante de R\$ 3.556 (R\$ 3.284 em 31 de dezembro de 2016).

Processos com probabilidade de perda classificada como possível
A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Valor estimado da contingência	
	2017	2016
Processos cíveis (a)	397.896	2.368.415
Processos regulatórios (b)	1.231.295	1.157.351
Processos fiscais (c)	1.836.171	1.594.381
Processos trabalhistas (d)	99.570	89.530
Imobiliário	26.910	15.636
Total	3.591.842	5.225.313

Processos Cíveis:
Na tabela a seguir estão apresentadas as contingências passivas relacionadas aos processos cíveis, com destaque para os casos com valores superiores a R\$ 30.000 e relevância do tema.

	Valor estimado da contingência	
	2017	2016

- (a.1) Processos cíveis:**
- (a.1)** CTEEP/Eletrobras - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986
 - (a.2)** Ações Anulatórias - multas de trânsito
 - (a.3)** Ação indenizatória - Coração Sertanejo
 - (a.4)** Autos de Infração - Fundação Procon - SP
 - (a.5)** Outros processos cíveis

- (a.6)** Enquadramento de consumidores - ação civil pública
- (a.7)** Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais
- (a.8)** Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal
- (a.9)** Uso da faixa de domínio de rodovias
- (a.10)** Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias
- (a.11)** Ação indenizatória - Shopping Balneário de Santos
- (a.12)** Ação civil pública - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC
- (a.1)** CTEEP/Eletrobras - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986

Veja nota explicativa nº 18.1 (b.4).

(a.2) Ações Anulatórias - Multas de trânsito

A Companhia é atualmente autora de 8 ações anulatórias de multas de trânsito, ajuizadas contra a Prefeitura do Município de São Paulo, visando liminarmente à suspensão e ao final da ação o cancelamento de multas relacionadas a: (i) rodízio municipal de veículos; (ii) zona máxima de restrição de circulação de caminhões; e (iii) não indicação de condutor correlatas. A redução do valor envolvido se deve ao trânsito em julgado de decisões favoráveis obtidas em 2017. O valor total em discussão nas ações anulatórias atualizado até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 55.954 (R\$ 80.872 em 31 de dezembro de 2016).

(a.3) Ação indenizatória - Coração Sertanejo

Em 14 de setembro de 2017, o Superior Tribunal de Justiça negou provimento ao Recurso Especial do Coração Sertanejo proposto contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que reduziu a condenação da Companhia de R\$ 8.693 para R\$ 65. Com a decisão, o prognóstico do caso foi alterado para remoto.

(a.4) Autos de infração - Fundação Procon - SP

A Companhia possui 9 Autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em decorrência de supostas não conformidades na operação da Companhia em relação aos direitos de seus consumidores. A Companhia, no entanto, contesta administrativamente e judicialmente todos os autos de infração. A Companhia vem contestando administrativamente 4 autos de infração. Em 31 de dezembro de 2017, os quatro processos administrativos aguardavam julgamento dos recursos interpostos pela Companhia e o valor total envolvido atualizado até 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 19.840 (R\$ 16.397 em 31 de dezembro de 2016). Na esfera judicial, a Companhia é parte em 5 demandas judiciais que visam à inexigibilidade do pagamento das multas impostas nos autos de infração. Em 31 de dezembro de 2017, esses cinco autos encontravam-se com a exigibilidade suspensa em razão de liminares favoráveis concedidas à Companhia e o valor total envolvido atualizado até 31 de dezembro de 2017 nestes casos é de R\$ 49.689 (R\$ 40.168 em 31 de dezembro de 2016).

(a.5) Outros processos cíveis

Outros processos cíveis são aqueles em que a Companhia figura no polo passivo e envolvem questões de contencioso massificado, como, por exemplo, ações indenizatórias de cunho consumerista vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica, queima de aparelhos eletrodomésticos, entre outras. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia estava envolvida em 4.092 ações desta natureza, no montante de R\$ 272.413 (3.561 ações, no montante de R\$ 251.804, em 31 de dezembro de 2016).

(a.6) Enquadramento de consumidores - ação civil pública

O Ministério Público Federal e a PROTESTE - Associação Brasileira de Defesa do Consumidor ingressaram em 01 de junho de 2005 com uma Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL requerendo o enquadramento na subclasse baixa renda das unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. O pedido de tutela antecipada foi indeferido pelo juiz de primeira instância, bem como pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Em outubro de 2008, a demanda foi julgada improcedente. Os autores apresentaram recursos ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, os quais aguardam julgamento. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de Ação Civil Pública e em sendo alterado o teor da decisão que foi favorável à Companhia, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

(a.7) Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais

O Ministério Público Federal ingressou em 5 de dezembro de 2003 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso em dobro aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. A liminar foi indeferida pelo juiz de primeira instância e pelo Tribunal Regional Federal da 3ª região - TRF3. A demanda foi julgada improcedente. Em março de 2012, o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal ao TRF3 foi acolhido para determinar que o processo passe por uma perícia para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia. A Companhia apresentou recursos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão que reformou a sentença de improcedência da ação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

(a.8) Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal

O Ministério Público ingressou em 16 de novembro de 2004 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando ao reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado pela contabilização dos benefícios decorrentes do pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária, bem como pretendendo compelir a Companhia a devolver em dobro os valores supostamente cobrados de forma indevida após a revisão tarifária de 2003. A demanda foi julgada improcedente pelo juiz de primeira instância. Aguarda-se julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região do recurso de apelação apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(a.9) Uso da faixa de domínio de rodovias

A Companhia é parte em ações judiciais que discutem a onerosidade de sua atuação para a instalação e manutenção de infraestrutura de distribuição de energia em faixas intermediárias e laterais das rodovias. A Companhia também ajuizou ações contra o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER), obtendo decisões favoráveis em primeira e segunda instância, adotando ainda outras medidas legais para discussão do tema. Existem decisões favoráveis e desfavoráveis julgadas em diferentes instâncias, com repercussão geral reconhecida no Recurso Extraordinário nº 581.947 (tema 261), o qual aguarda-se julgamento. Caso sobrevenham decisões finais desfavoráveis, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento dos processos não são passíveis de quantificação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)
--

(c) Processos fiscais:

Na tabela a seguir estão apresentadas as contingências passivas relacionadas aos processos fiscais, com destaque para os casos com valores superiores a R\$ 30.000 e relevância do tema.

	Valor estimado da contingência	
	2017	2016
(c) Processos fiscais:		
(c.1) Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	91.816	88.953
(c.2) PASEP - suspensão de exigibilidade	Cancelado	41.070
(c.3) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLD's) - execuções fiscais	50.753	49.541
(c.4) CSLL - base negativa	144.501	138.423
(c.5) Execuções fiscais municipais - diversas	188.624	169.703
(c.6) PIS - Estatuto da decadência	235.131	228.962
(c.7) COFINS - anistia	157.119	153.629
(c.8) COFINS - Multa de Ofício	58.988	58.988
(c.9) Autos de infração de ICMS - Estornos de débitos	91.239	83.726
(c.10) Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	165.188	—
(c.11) PIS - Decretos-Lei n°s 2.445/1988 e 2.449/1988	49.394	49.394
(c.12) FINSOCIAL	210.145	199.267
(c.13) PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	146.546	137.902
(c.14) Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	109.118	54.071
(c.15) Autos de infração de ICMS - Estornos de débitos	48.319	43.828
Outros processos fiscais	89.289	96.924
	1.836.171	1.594.381

Processos fiscais em fase judicial:

(c.1) Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas à suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998. A exigência fiscal integralmente foi mantida na esfera administrativa. Na ação judicial proposta pela Companhia para seguir a discussão, foi proferida decisão de 1ª instância, em setembro de 2014, julgando parcialmente procedente o pedido da Companhia (cancelamento parcial do débito). Atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos de apelação interpostos pela Companhia e pelo INSS. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2017 perfaz o total de R\$ 91.816 (R\$ 88.953 em 31 de dezembro de 2016).

(c.2) PASEP - suspensão de exigibilidade

Em julho de 2017, o recurso de apelação interposto pela Companhia contra a decisão desfavorável de 1ª instância foi julgado e provido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª região. Em 9 de outubro de 2017, diante da ausência de recurso da Fazenda Nacional, foi certificado o trânsito em julgado da decisão de 2ª instância favorável à Companhia. Com isso, o caso foi encerrado favoravelmente à Companhia com o cancelamento integral da exigência de contribuição ao PASEP.

(c.3) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) - execuções fiscais

Três execuções fiscais promovidas pelo INSS contra a Companhia que versam sobre incidência de contribuição previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. Duas execuções fiscais tiveram decisão de 1ª instância desfavorável e, no momento, aguardam decisão de 2ª instância. A terceira, por sua vez, aguarda decisão em 1ª instância. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2017 perfaz o total de R\$ 50.753 (R\$ 49.541 em 31 de dezembro de 2016).

(c.4) CSLL - base negativa

Em novembro de 2007, a Companhia ajuizou Ação Declaratória visando afastar a aplicação da MP nº 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aprovar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. A Companhia defende que a cisão em discussão é anterior à publicação da mencionada MP e, portanto, inaplicável a este caso. Em março de 2007, foi proferida decisão de 1ª instância favorável aos interesses da Companhia, a qual foi mantida por decisão de 2ª instância exarada em setembro de 2015. Atualmente, aguarda-se o julgamento, pelo STJ, do recurso especial interposto pela União Federal. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2017 perfaz o total de R\$ 144.501 (R\$ 138.423 em 31 de dezembro de 2016).

(c.5) Execuções fiscais municipais - diversas

A Companhia possui diversas execuções fiscais ajuizadas pelas Municipalidades de sua área de concessão, exigindo basicamente débitos de IPTU, multas posturais e ISS, as quais se encontram em diferentes estágios processuais. A maior parte do valor envolvido refere-se a execuções fiscais dos municípios de Itapevi e Jandira, em que são exigidas multas pela não apresentação de laudos técnicos para cada ativo instalado no município. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2017 perfaz o total de R\$ 188.624 (R\$ 169.703 em 31 de dezembro de 2016).

(c.6) PIS - Estatuto da decadência

Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de supostos débitos de PIS decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP nº 1.407/1996. Em oposição a essa cobrança, a Companhia apresentou defesa sustentando a decadência do direito ao Fisco exigir esses valores em função do tempo decorrido entre os fatos geradores e a devida constituição do crédito tributário, que teria tardado mais de cinco anos. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1º e 2ª instâncias. Em setembro de 2015, a Companhia interpôs recursos especial e extraordinário, os quais não foram admitidos pelo TRF da 3ª Região. Atualmente, contra tais decisões, pendem de julgamento recursos no STJ e no STF. Paralelamente, na 1ª instância, em setembro de 2017, foi indeferido pedido apresentado pela Procuradoria da Fazenda Nacional de execução da garantia, ou seja, de substituição da fiança bancária que garante a ação por depósito judicial em dinheiro. Em 26 de fevereiro de 2018, a Procuradoria da Fazenda Nacional recorreu contra a decisão que negou a substituição da fiança bancária por depósito judicial em dinheiro. Quanto ao prognóstico de perda do caso, a Companhia, juntamente com seus assessores legais, classifica-o como possível, considerando os fundamentos a seu favor e que amparam os recursos que aguardam julgamento. Sustenta-se que (i) para que o crédito tributário tenha executoriedade, é imprescindível o lançamento, que não foi realizado pelo Fisco, (ii) apenas os tributos declarados em DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) no campo "saldo a pagar", com valores discriminados, são passíveis de inscrição direta em dívida ativa e (iii) nos termos da legislação aplicável, créditos tributários com exigibilidade suspensa devem ser necessariamente constituídos, sob pena de decadência, tal como a ocorrida neste caso. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2017 perfaz o total de R\$ 235.131 (R\$ 228.962 em 31 de dezembro de 2016).

(c.7) COFINS - anistia

Ação judicial proposta pela Companhia em face da Fazenda Nacional visando ao reconhecimento dos valores pagos a título de COFINS, considerando as reduções de multa e juros garantias pela anistia prevista na Lei nº 9.779/1999. Em 1ª instância, foi proferida decisão favorável. Em maio de 2012, houve decisão de 2ª instância reconhecendo o direito às reduções trazidas pela anistia, mas adiando que os encargos legais de 20% sobre o valor do débito, decorrentes do ajuizamento de execuções fiscais, não teriam sido atastados pela anistia, permanecendo a sua exigência. Contra esta decisão, a Companhia opôs embargos infringentes, os quais não foram acolhidos. Em agosto de 2017, foram opostos embargos de declaração, os quais aguardam julgamento. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2017 perfaz o total de R\$ 157.119 (R\$ 153.629 em 31 de dezembro de 2016).

(c.8) COFINS - Multa de Ofício

Auto de infração lavrado para exigir crédito tributário relativo à COFINS do período de abril de 1992 a março de 1993, acrescida de multa de ofício calculada no percentual de 100% e juros com base na SELIC. No exclusivo entendimento da Receita Federal do Brasil, a multa de ofício se justifica pelo fato dos créditos de COFINS terem sido recolhidos por meio da Anistia Fiscal instituída pela MP nº 2158/1999 e não no prazo original do pagamento do tributo. Na esfera administrativa, a exigência fiscal foi reduzida à multa de ofício de 75%. Em maio de 2015, foi ajuizada ação cautelar preparatória de execução fiscal para possibilitar a garantia do débito remanescente e a consequente suspensão da exigibilidade. Em fevereiro de 2017, a Companhia foi citada na execução fiscal ajuizada pela Procuradoria da Fazenda Nacional e apresentou exceção de pré-executividade, pugnando pela retificação da certidão de dívida ativa (CDA) que embasa a exigência. Atualmente, este pedido pende de apreciação em 1ª instância. A exposição da Companhia refere-se exclusivamente à multa, a qual não sofre atualização. O valor em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 58.988 (R\$ 58.988 em 31 de dezembro de 2016).

(c.9) Autos de infração de ICMS - Estornos de débitos

A Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia em razão de supostas irregularidades cometidas em estornos de débitos de ICMS, oriundos, por exemplo, de revisões de faturas emitidas aos clientes. A Companhia contesta 4 autuações sobre esse assunto em ações judiciais que se encontram em diversos estágios processuais. O valor em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 91.239 (R\$ 83.726 em 31 de dezembro de 2016).

(c.10) Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão

Em 14 de fevereiro de 2005, a Receita Federal do Brasil (RFB) lavrou auto de infração contra a Companhia exigindo o recolhimento de débitos de IRPJ e de CSLL relativo aos anos de 2001 e 2002, em face da dedução de valores pagos a título de previdência suplementar acima da limitação de 20% imposta pela Lei nº 9532/97. Em resumo, a Companhia sustenta em sua defesa que despesas relativas a funcionários inativos não devem ser inseridas no cálculo deste limite, bem como que, considerado apenas o montante das despesas com empregados ativos, o referido percentual de 20% é respeitado. Apesar de ter julgado favoravelmente à Companhia processo anterior e idêntico em que se discutiu o período de 1998 a 2000, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), em 2017, por voto de qualidade, manteve a exigência do presente caso. Para prosseguir a discussão, a Companhia propôs ação judicial em outubro de 2017. Em novembro de 2017, foi concedida a medida liminar pleiteada para suspender a exigibilidade do débito sem apresentação de garantia. Atualmente, aguarda-se o julgamento dessa ação em 1ª instância. Quanto ao prognóstico de perda, como este tema não está definido na esfera judicial, os assessores jurídicos da Companhia alteraram a avaliação de perda remota, mantida durante a discussão na via administrativa, para possível. A despeito do desfecho desfavorável da discussão na esfera administrativa e da alteração do prognóstico, a tese defendida pela Companhia não foi enfraquecida, uma vez que o entendimento do CARF foi fixado em julgamento com uso de voto de qualidade, já contestado inclusive pela decisão liminar concedida na ação judicial, bem como pelo fato de que os argumentos de defesa estão pautados na aplicação estrita dos termos da Lei nº 9532/97, o que deverá ser levado em conta pelo Poder Judiciário. O valor em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 165.188.

Processos fiscais em fase administrativa:

(c.11) PIS - Decretos-Lei n°s 2.445/1988 e 2.449/1988

A Companhia obteve judicialmente o reconhecimento de seu direito aos créditos de PIS decorrentes do pagamento a maior efetuado durante a vigência dos mencionados Decretos, que haviam sido julgados inconstitucionais pelo STF. Contudo, tramitam 6 execuções fiscais, em diferentes estágios processuais, que visam à cobrança dos débitos compensados pela Companhia em 2002. Como as compensações em questão foram efetuadas com créditos reconhecidos por decisão judicial definitiva, eventual exposição da Companhia cinge-se apenas à multa de mora de 20% cobrada pela Fazenda Nacional, a qual não sofre atualização. O valor em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 49.394 (R\$ 49.394 em 31 de dezembro de 2016).

(c.12) FINSOCIAL

Em julho de 2012, a Companhia foi intimada de dois despachos decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Apesar de tais créditos terem sido reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado, o Fisco questionou o montante compensado em razão dos critérios de atualização utilizados pela Companhia. Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável para a Companhia, contra a qual foi apresentado recurso voluntário que aguarda julgamento. O valor em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 210.145 (R\$ 199.267 em 31 de dezembro de 2016).

(c.13) PIS Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)

Em 8 de agosto de 2014, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos-Leis n°s 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em 8 de setembro de 2014 foi apresentada defesa administrativa, a qual aguarda julgamento. O valor em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 146.546 (R\$ 137.902 em 31 de dezembro de 2016).

(c.14) Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado

A Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia questionando a apropriação de créditos de ICMS incidente na aquisição de bens destinados ao seu ativo imobilizado. Em suma, a SEFAZ/SP alega que as mercadorias registradas no ativo imobilizado seriam alheias às atividades do estabelecimento ou destinadas ao uso e consumo, o que é contestado pela Companhia em todos os processos. Em 2017, a Companhia recebeu duas novas autuações no montante total de R\$ 49.358 referentes ao mesmo objeto dos autos já existentes. Atualmente, a Companhia discute 5 autuações em processos administrativos que aguardam julgamento de recursos. Os valores em 31 de dezembro de 2017 perfazem o total de R\$ 109.118 (R\$ 54.071 em 31 de dezembro de 2016).

(c.15) Autos de infração de ICMS - Estornos de débitos

A Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP), em 2015, lavrou o auto de infração nº 4.056.706-0 contra a Companhia em razão de supostas irregularidades cometidas em estornos de débitos de ICMS, oriundos, por exemplo, de revisões de faturas emitidas aos clientes. A Companhia contesta esta autuação em processo administrativo que, atualmente, aguarda julgamento de recurso. O valor em 31 de dezembro de 2017, perfaz o total de R\$ 48.319 (R\$ 43.828 em 31 de dezembro de 2016).

(d) Processos trabalhistas:

Na tabela a seguir estão apresentadas as contingências passivas relacionadas aos processos trabalhistas, com destaque para os casos com valores superiores a R\$ 30.000 e relevância do tema.

	Valor estimado da contingência	
	2017	2016
(d) Processos trabalhistas:		
(d.1) Ação Civil Pública - Terceirização	Não determinado	Não determinado
(d.2) Ações de periculosidade - Sede barueri	99.570	89.530
	99.570	89.530

(d.1) Ação civil pública - Terceirização

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em 25 de novembro de 2016, pleiteando Ordem Liminar para que a Companhia, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade-fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade-fim e/ou em qualquer atividade que a Companhia exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da Companhia (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja condenada (iv) a indenizar no valor de R\$ 120.000 (R\$ 20.000 de *dumping* social e R\$ 100.000 de danos morais coletivos). A Companhia foi citada no dia 17 de janeiro de 2017, tendo se manifestado contra pedido liminar em 26 de janeiro de 2017. Em 21 de fevereiro de 2017, a Companhia verificou que foi negado o Pedido Liminar feito pelo MPT. As partes aguardam audiência agendada para 20 de abril de 2018.

Na avaliação dos advogados que patrocinam a Companhia na ação, o risco de condenação na ação é possível e o risco de eventual concessão do pedido liminar é remoto. Apesar do valor pleiteado na ação ser de R\$ 120.000, na avaliação do escritório o valor envolvido é inestimável, pois não há previsão legal que fixe tais valores e, ainda, em razão da subjetividade envolvida. Dessa forma, a Administração da Companhia, suportada por seus assessores jurídicos internos e externos, concluiu que, em 31 de dezembro de 2017, não se faz necessário o registro de provisão para esse tema.

(d.2) Ações de periculosidade - Sede Barueri

Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando pagamento do adicional de periculosidade para todos os colaboradores da Companhia lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). A Companhia foi identificada de 4 ações em março de 2017 e a última ação em abril de 2017. Todas as ações foram unificadas para serem julgadas pelo mesmo juiz. Todos os processos se encontram em fase inicial para produção de provas. A Audiência de instrução foi designada para 04 de outubro de 2018. Na avaliação dos advogados que patrocinam a Companhia, o risco de condenação na ação é possível. Caso sobrevenham eventuais decisões finais desfavoráveis nas ações acima mencionadas, a Companhia poderá ter que desembolsar o valor estimado atualizado para 31 de dezembro de 2017 de R\$ 99.570 (R\$ 89.530 em 31 de dezembro de 2016), o qual, dado o atual andamento dos processos, representa o cálculo da estimativa de liquidação dos pedidos formulados nas ações.

Cartas de fiança, seguros garantia e caução

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais conforme relação abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	56	2.119.516	0,32% a 3,25%
Cível	43	429.053	0,27% a 3,25%
Trabalhista	72	144.608	0,34% a 3,25%

19. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Pesquisa e desenvolvimento		60.726	19.563
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico		2.004	1.684
Ministério de Minas e Energia		1.002	842
Eficiência energética		44.886	49.828
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	10,3	187.209	366.307
Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias		—	14.931
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		1.050	1.267
Outros encargos		56	59
Total		296.933	454.481
NÃO CIRCULANTE			
Pesquisa e desenvolvimento		30.868	56.508
Total		30.868	56.508

20. Outras obrigações

	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Devolução - Obrigações vinculadas à concessão		49.182	47.735
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		102.547	102.996
Outras devoluções a consumidores		68.843	56.186
Repasse a terceiros		9.146	9.942
Prêmio de consentimento dos credores	15.6,1	3.084	22.077
Penalidade - auto de infração 0014/2016	18,1 / c,2	13.114	—
Outras		12.891	11.289
Total		258,807	250,225
NÃO CIRCULANTE			
Adiantamento relacionado a venda de bens		2.940	2.940
Outras		5.513	4.107
Total		8,453	7,047

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social
O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, e poderá ser aumentado por deliberação do Conselho de Administração. O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.323.486 (R\$ 1.257.629 em 31 de dezembro de 2016), dividido em 167.343.887 ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 65.857, mediante a capitalização de parte do lucro líquido apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, sem a emissão de novas ações da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve emissão ou resgate de ações.

Ações em tesouraria

Conforme nota explicativa nº 1.1, 359 acionistas titulares de 3.058.154 ações preferenciais da Companhia correspondentes a 2,7% das ações preferenciais, que não compareceram à Assembleia Especial de Acionistas Preferencialistas de 12 de setembro de 2017, se abstiveram de votar ou não aprovaram a migração da Companhia para o Novo Mercado, optaram pelo exercício do direito de retirada. Dessa forma, em 9 de novembro de 2017, a Companhia realizou o pagamento do reembolso aos acionistas titulares das ações preferenciais que exerceram o direito de retirada com base no valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2016 (R\$16,10 por ação), totalizando o montante de R\$ 49.236, registrado em ações em tesouraria.

Composição acionária:

	Nota	2017		2016	
		Ordinárias	%	Ordinárias	%
Acionistas:					
BNDESPAR		31.350.329	18,73	12.397.144	22,22
AES Holdings Brasil Ltda.		28.179.237	16,84	27.690.749	50,00
União Federal		13.342.642	7,97	13.342.384	23,92
GWI Assel Management S.A.		11.585.400	6,92	—	—
Outros		79.828.125	47,70	2.151.019	3,86
Total das ações ordinárias em poder dos acionistas		164.285.733	98,16	55.781.296	100,00
Ações em tesouraria	21,2	3.058.154	1,84	—	—
Total das ações ordinárias		167.343.887	100,00	55.781.296	100,00

	Nota	2017		2016	
		Ordinárias	%	Ordinárias	%
Acionistas:					
BNDESPAR		18.638.053	16,71	—	—
União Federal		258	—	—	—
Outros		92.924.280	83,29	111.562.591	100,00
Total das ações preferenciais em poder dos acionistas		167.343.887	100,00	167.343.887	100,00

Conforme nota explicativa nº 1.1, a partir de 27 de novembro de 2017, a Companhia passou a fazer parte do segmento especial de listagem Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Com a migração para este segmento, a Companhia passou a não mais possuir ações preferenciais. As antigas ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias na proporção de 1 ação ordinária para cada 1 ação preferencial.

Reservas de capital:

	Nota	2017	2016
--	------	------	------

Ações e opções de ações outorgadas

Reserva especial de ágio na incorporação

Total

21.4.1 Até a migração para o Novo Mercado, o programa de remuneração de longo prazo esteve atrelado à The AES Corporation, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais registradas ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorria quando determinadas condições preestabelecidas fossem atingidas.

O custo de transações de outorga de títulos patrimoniais até a migração para o Novo Mercado foi reconhecido no resultado do exercício em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica que indica a possibilidade da The AES Corporation de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações adquiridas pelos executivos da Companhia (liquidadas pela própria The AES Corporation em favor dos executivos).

Após a migração, a Companhia manteve em seu pacote de remuneração para os executivos o programa de remuneração de longo prazo. O novo programa de remuneração de longo prazo prevê a outorga de instrumentos patrimoniais atrelada a indicadores da própria Companhia.

A legação referente às outorgas antes da migração para o Novo Mercado e não disponíveis para exercício, será liquidada pela Companhia.

Tanto o legado quanto o novo modelo que contemplará as novas outorgas estão em processo de aprovação pelo Conselho de Administração e, posteriormente, serão submetidas para aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

Após a migração para o Novo Mercado, o registro do custo de transações de outorga de títulos patrimoniais permanece sendo no resultado do exercício em contrapartida a uma reserva de capital, indicando o compromisso futuro da Companhia de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações adquiridas pelos seus executivos. Ainda de acordo com o CPC 10 (R1), a reserva de capital constituída poderá ser utilizada para aumentar o capital da Companhia.

21.4.2 A reserva especial de ágio foi gerada pelos seguintes eventos ocorridos na reorganização societária de 2016: (i) incorporação do ágio da antiga controladora AES Elpa S.A. no montante de R\$ 445.654; e (ii) incorporação do ágio da antiga controladora Brasileira Participações S.A. no montante de R\$ 225.243, conforme deliber

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28.2. Remuneração da alta administração
A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a remuneração seguindo o regime de competência, foi como segue:

Descrição:	Nota	2017	2016
Benefícios de curto prazo (salários/encargos/benefícios/bônus)		8.820	10.913
Benefícios pós-emprego (previdência privada - contribuição definida)		314	288
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	17.1	230	303
Benefícios de rescisão contrato de trabalho		224	978
Remuneração baseada em ações	21.4.1	366	1.127
Total		9.954	13.609

29. Seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

	Período de vigência			Importância segurada
	Nota	de	até	
Riscos operacionais		31-dezembro-2017	1-julho-2019	R\$ 131.446 25 x salário, com o máximo de R\$ 1.833
Vida em grupo		1-janeiro-2018	1-janeiro-2019	R\$ 40.000
Responsabilidade civil geral	29.1	1-abril-2017	1-abril-2018	R\$ 100.000
Responsabilidade civil de administradores - D&O		27-novembro-2017	27-novembro-2018	R\$ 100.000
Riscos ambientais	29.1	1-abril-2017	1-abril-2018	R\$ 10.000
Frota de veículos - RCF		1-abril-2017	1-abril-2018	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

29.1 Antes da migração para o novo mercado, os contratos de seguros eram compartilhados entre as empresas do Grupo AES. Após a migração, os contratos foram individualizados e passaram a cobrir somente a Companhia, exceto os seguros de responsabilidade civil geral e de riscos ambientais que serão compartilhados entre as empresas até o fim da vigência.

30. Instrumentos financeiros e gestão de riscos**30.1. Instrumentos financeiros****30.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	2017			2016			Categoria
	Notas	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa	4	309.283	309.283	198.773	198.773	Empréstimos e recebíveis	
Investimentos de curto prazo	4	291.994	291.994	868.858	868.858	Ativos financeiros disponíveis para venda	
Consumidores, revendedores e outros	5	2.140.773	2.140.773	2.090.732	2.090.732	Empréstimos e recebíveis	
Contas a receber - acordos	6	152.870	152.870	96.857	96.857	Empréstimos e recebíveis	
Cauções e depósitos vinculados	18	532.495	532.495	491.806	491.806	Empréstimos e recebíveis	
Ativo financeiro da concessão	11.1	3.011.833	3.011.833	2.386.192	2.386.192	Ativos financeiros disponíveis para venda	
Ativo financeiro setorial, líquido	12	18.288	18.288	44.243	44.243	Empréstimos e recebíveis	
Total		6.457.536	6.457.536	6.177.461	6.177.461		
PASSIVO (Circulante e não circulante)							
Fornecedores	13	1.789.718	1.789.718	1.468.254	1.468.254	Passivos financeiros pelo custo amortizado	
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	15	3.569.012	3.570.412	3.271.395	3.224.844	Passivos financeiros pelo custo amortizado	
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		2.046	2.046	23.083	23.083	Passivos financeiros pelo custo amortizado	
Passivo financeiro setorial, líquido	12	113.379	113.379	312.902	312.902	Passivos financeiros pelo custo amortizado	
Total		5.474.155	5.475.555	5.075.634	5.029.083		

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

30.1.2. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	2017			2016				
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3

ATIVO (Circulante e não circulante)

Investimentos de curto prazo	291.994	-	291.994	-	868.858	-	868.858	-
Ativo financeiro da concessão	3.011.833	-	3.011.833	-	2.386.192	-	2.386.192	-
Total	3.303.827	-	3.303.827	-	3.255.050	-	3.255.050	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

30.2. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais, de reputação e imagem, regulatório, legal, ambiental, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é multidisciplinar e conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance, conforme descritas a seguir.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer e indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

A área de Gestão de Riscos é liderada pelo Vice-Presidente de Finanças e Relações com os Investidores, responsável por acompanhar o modelo de gestão de riscos e assegurar que seja executado conforme metodologia predefinida, analisar diretrizes e metas, e garantir que os recursos necessários sejam alocados para o bom funcionamento da área.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos, analisar o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange a gestão de riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores de riscos e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

O Conselho de Administração é responsável por deliberar sobre as questões estratégicas de gestão de riscos, incluindo aprovar e avaliar a Política de Gestão de Riscos e o modelo de gestão de riscos adotados. Trimestralmente, os riscos prioritários são levados a reuniões de conselho de administração, conselho fiscal e comitê de auditoria.

A Diretoria Executiva deve assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. A Diretoria Executiva também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas. O Comitê Executivo de Riscos é composto pela Diretoria Executiva da Companhia, tendo como principal objetivo a supervisão e o monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos. As reuniões do Comitê Executivo de Riscos ocorrem mensalmente, e nelas são avaliados e validados os modelos de gestão de risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia, bem como a aprovação de metas e ações e priorização de recursos para mitigação dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

A partir do terceiro trimestre de 2017, com a criação do Comitê de Auditoria da Companhia, compete a este Comitê avaliar e supervisionar a efetividade e suficiência do processo de gerenciamento de riscos empresariais relevantes e a conformidade da gestão para com as normas estabelecidas pela Companhia para assunção de riscos corporativos, bem como avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia.

O Conselho Fiscal cabe acompanhar a avaliação dos riscos da Companhia, bem como discutir periodicamente com a Administração sua percepção quanto aos riscos tangíveis e intangíveis identificados.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Visando garantir o alinhamento dos processos com as exigências de controle da Companhia, a área de Controles Internos atua também na manutenção das políticas e procedimentos internos, na gestão da política de alçadas, na gestão dos controles de acessos ao sistema financeiro e realiza acompanhamento das deficiências de controle identificadas pela auditoria interna e externa que afetam as demonstrações para garantir a mitigação de todos os riscos nos prazos acordados.

A Companhia adota todas as melhorias reportadas pelos auditores independentes na carta de recomendação e define planos de ação para implementação de todas as recomendações que considere pertinente. A área de Controles Internos acompanha a implementação dos planos de ação e, posteriormente, informa ao Conselho Fiscal o resultado dos mesmos.

A partir do terceiro trimestre de 2017, com a criação do Comitê de Auditoria da Companhia, compete a este Comitê entender e avaliar o ambiente de controles internos, supervisionar a área de Controles Internos e monitorar a qualidade e integridade dos sistemas de controles internos, apresentando as recomendações e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias.

Auditoria Interna

A Diretoria de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados e o terceiro os controles de segurança da informação, todos em conformidade com as exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos e Auditoria Interna.

O plano de auditoria é aprovado pela Diretoria, Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração da Companhia. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e a evolução dos planos de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados aos Diretores, Vice-Presidentes, Comitê de Auditoria, Conselhos de Administração e Fiscal, periodicamente.

A partir do terceiro trimestre de 2017, com a criação do Comitê de Auditoria da Companhia, compete a este Comitê supervisionar as atividades da Auditoria Interna da Companhia, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como o planejamento, a qualidade e integridade dos processos de Auditoria Interna (qualidade dos trabalhos, estrutura existente, plano de trabalho e resultados dos trabalhos realizados).

A eficácia dos controles chaves implementadas pela Companhia para garantir a exatidão das Demonstrações Contábeis é testada de acordo com o plano de auditoria definido. Em caso de identificação de eventuais deficiências sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação dos riscos associados. O plano de ação é revisado e acompanhado pela área de controles internos.

Ética e Compliance

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, estes dados serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta administração e Conselho de Administração e Fiscal, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

A partir do terceiro trimestre de 2017, com a criação do Comitê de Auditoria da Companhia, compete a este Comitê monitorar o cumprimento das leis, regulamentos e efetividade dos sistemas de compliance, monitorar os aspectos de ética e conduta, incluindo a efetividade do código de conduta e do canal de denúncias da Companhia, as políticas e atividades de prevenção, investigação e apuração de eventuais casos de fraudes.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria tem por principal objetivo assessorar e aconselhar o Conselho de Administração na supervisão financeira da Companhia, bem como assegurar adequação das atividades dos auditores independentes e efetividade dos controles internos da Companhia, supervisionar as instituições de auditoria interna, da área de controles internos e dos sistemas de controle e gerenciamento de riscos. Adicionalmente, monitora a efetividade e a suficiência das respectivas estruturas, bem como a qualidade e integridade de seus processos, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias. O Comitê de Auditoria é responsável por monitorar e controlar a qualidade das demonstrações contábeis.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial e ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2017 é:

	Nota	2017
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	309.283
Investimentos de curto prazo	b.1.1	291.994
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	2.140.773
Contas a receber - acordos	b.1.2	152.870
Ativo financeiro setorial, líquido	b.1.3	18.288
Ativo financeiro da concessão	b.1.3	3.011.833
Total da exposição		5.925.041

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (notas explicativas nºs 5 e 6).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco em relação associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda desses valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) inferior a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) e (ii) Critério de PL da instituição financeira. (ii) Critério de PL da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira rebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL; todas as instituições financeiras deverão apresentar PL superior a R\$500.000. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negociação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do call center. Em 2017, a Companhia implementou uma

solução de análise preditiva ("Predictive Analytics") possibilitando a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, definindo a melhor estratégia de cobrança.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo financeiro da concessão).

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de avançamento financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela a seguir, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	2017	2016
Empréstimos e financiamentos	934.155	788.826
Debêntures	2.551.374	2.405.847
Arrendamento financeiro	83.483	76.722
Caixa e equivalentes de caixa	(309.283)	(198.773)
Investimentos de curto prazo	(291.994)	(868.858)
Dívida líquida	2.967.735	2.203.764
Patrimônio líquido	1.808.432	2.694.812
Dívida líquida/Patrimônio líquido	164,11%	81,78%

O endividamento financeiro total em 31 de dezembro de 2017, 28,8% era de curto prazo (27,0% em 31 de dezembro de 2016) e o prazo médio era de 2,1 anos (2,3 anos em 31 de dezembro de 2016).

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em R\$ 1.022.901 (R\$ 169.684 em 31 de dezembro de 2016). A piora no cenário hidrológico verificada no segundo semestre de 2017 ocasionou uma redução no fluxo de caixa da Companhia e, consequentemente, uma maior necessidade de capital de giro. Os efeitos do impacto na hidrologia são reconhecidos contabilmente como Ativo Financeiro Setorial em constituição, e serão recuperados financeiramente pela Companhia quando do reajuste tarifário a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2018. A redução do fluxo de caixa anteriormente mencionada, acompanhada dos investimentos realizados na melhoria da infraestrutura de distribuição, contribuíram para redução nas disponibilidades em 31 de dezembro de 2017. O aumento dos investimentos faz parte do plano de criação de valor da Companhia, e tem como objetivo a melhoria da base de remuneração a partir da próxima revisão tarifária e, consequentemente, é esperada uma maior geração de caixa operacional, segundo modelo tarifário vigente. O plano de investimento da Companhia contribui também para redução das despesas operacionais, pois o foco é em eficiência e aumento da qualidade dos serviços. Adicionalmente, a Companhia busca reestruturação do seu perfil de endividamento, bem como o alongamento do seu perfil de dívida. A Companhia entende que o risco de liquidez encontra-se mitigado pelos fatores anteriormente mencionados, de forma que seus estudos de projeção de fluxo de caixa demonstram a capacidade de honrar seus compromissos de curto prazo.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de "empréstimos e financiamentos" e "debêntures" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 15. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 31 de dezembro de 2017	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.789.718	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	52.105	480.522	269.433	282.226	21.094
Debêntures	40.112	686.367	647.239	1.751.869	-
Arrendamento financeiro	6.604	24.012	21.518	26.396	4.953
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.046	-	-	-	-
Total	1.890.585	1.190.900	938.190	2.060.491	26.047

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é dado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, CDI, SELIC e TJLP utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2017.

(b.4) Riscos de mercado**(b.4.1) Riscos de taxas de juros**

A Companhia possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do CDI, SELIC e TJLP. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices.

Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs e operações compromissadas, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de dezembro de 2017 é:

	2017
Equivalentes de caixa	125.872
Investimentos de curto prazo	291.994
Empréstimos e financiamentos	(899.381)
Debêntures	(2.598.245)
Total da exposição líquida	(3.079.760)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, SELIC e TJLP e não contemplam os saldos em custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 29 de dezembro de 2017, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, SELIC e TJLP para um ano e assim definido-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, considerando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2017, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. A projeção do cálculo considera a taxa de juros contratual; índice mais spread (nota explicativa nº 15.2).

Projeção receitas financeiras - 01 ano						
Aplicações financeiras	Posição em 31.12.2017	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		3,41%	5,11%	6,81%	8,51%	10,22%
Equivalentes de caixa	125.872	4.292	6.432	8.572	10.712	12.864
Investimentos de curto prazo	291.994	9.957	14.921	19.885	24.849	29.842
Subtotal	417.866	14.249	21.353	28.457		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e portanto deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação. Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou de Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCDSD de energia existente e de energia nova. Desde 2016, a Companhia realizou diversos acordos bilaterais e participou em quase todos os meses de MCDSDs. Como resultado dessas ações, o nível de sobrecontratação de energia em 31 de dezembro de 2017 é de 103,5%, dentro do limite regulatório. Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto aos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual. O processo continua em fase de instrução na ANEEL, agora com sua Diretoria já reconhecendo a possibilidade dos dois tipos de sobrecontratação involuntária. A Companhia mantém o seu posicionamento de que os dois fatores mencionados são sobrecontratação involuntária. No Reajuste Tarifário de 2017, a ANEEL considerou o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017. Embora haja o repasse dos custos relacionados à sobrecontratação involuntária para a tarifa, há um descasamento de caixa temporário, visto que os mesmos ocorrem em momentos distintos. O mesmo efeito ocorre quando há aumento de custos de compra de energia e encargos setoriais, o que pode gerar a necessidade da Companhia em se financiar através de capital de giro.

(c.3) Risco socioambiental
A instalação e operação de empreendimentos voltados à distribuição de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais relacionados à fauna e à flora, emissões atmosféricas, água e solo. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas aos padrões de qualidade e de proteção ambiental estabelecidos por diversas leis e regulamentos ambientais que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais na esfera civil. A edição de novas leis e regulamentos mais severos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em significativos passivos ambientais pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da empresa, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional. De acordo com a Lei nº 9.605 de 1998 - Lei de Crimes Ambientais, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$ 50.000 podendo ser cumulado com penalidade de embargo de atividade. Nossa auditoria manteve-se preparada para prevenir acidentes e responder às eventuais situações de emergência e, assim evitar ou mitigar os impactos adversos dessas situações na sociedade e no meio ambiente, a Companhia estabelece procedimentos e planos de preparação e respostas a emergências, mantém contrato com empresa especializada em atender a emergências ambientais e se mantém preparada para atender aos principais cenários emergenciais, identificados em seu Sistema de Gestão Ambiental certificado pela ISO 14001:2015. O gerenciamento socioambiental de todas as atividades da Companhia é realizado com foco na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, além de práticas de relacionamento e educação da população para o uso seguro e eficiente da energia elétrica. A Política de Sustentabilidade consolida o compromisso da Companhia com o desenvolvimento sustentável, e estabelece as diretrizes para sua atuação considerando os aspectos social, ambiental e econômico. A Companhia contribui, ainda, com o desenvolvimento sustentável da sociedade e do país assumindo os seguintes compromissos voluntários: Pacto Global, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Empresa Amiga da Criança.

31. Informações complementares

31.1. Às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

	Nota	2017	2016
Compensações de PIS e COFINS		202.065	21.275
Doações de linhas e redes (Adição de ativos financeiros e intangíveis)		7.493	25.170
Aumento de capital, conformo destinação do resultado de 31.12.2016		65.857	-
20ª emissão de debêntures - Dação em pagamento da 9ª e 15ª emissões	15.2 (a3)	514.104	-
Compensações CDE	10	252.498	236.496
Prêmio de consentimento dos debenturistas	15.6 (1)	3.084	22.077

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção dos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolsos de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	Nota	2017	2016
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais		377.539	479.630
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	26	11.892	24.323
Pagamento de juros	15.6	389.431	503.953

31.2. Às demonstrações do valor adicionado

Em 2016, a Companhia investiu em projetos sociais nas áreas de educação, cultura, esporte e saúde, capacitação profissional inclusiva, acesso à energia e eficiência energética, influência social com recursos financeiros próprios, de leis de incentivo e do Programa de Eficiência Energética.

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a.	Amortização e pagamentos de juros	Vencimento	Finalidade	Garantias
22ª Emissão	R\$ 300.000	08 de janeiro de 2018	CDI + 2,00%	Até julho de 2018			
			CDI + 2,30%	A partir de agosto de 2018	Januari de 2019	Investimentos, reforço de capital de giro (empréstimo-ponte para Finem)	Recebíveis
FINEM - Subcrédito A (3º protocolo)	R\$ 52.000	09 de janeiro de 2018	SELIC + 4,69%			Implementação do programa de investimento, destinado a expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica	Recebíveis
FINEM - Subcrédito B e C (3º protocolo)	R\$ 46.216		TJLP + 4,43%		Março de 2022		

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<p>Britaldo Pedrosa Soares (Presidente do Conselho)</p>	<p>Julian Jose Nebreda Marquez Fernando Quintana Merino</p>	<p>Alexandre Meduneira Marcelo Gasparino da Silva</p>	<p>Jerson Kelman Ana Marta Horta Veloso</p>	<p>Ana Maria Loureiro Recart Erik da Costa Breyer</p>
---	---	---	---	---

DIRETORIA

<p>Charles Lenzi Diretor Presidente</p>	<p>Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira Diretor Vice-Presidente</p>	<p>Sidney Simonaggio Diretor Vice-Presidente</p>	<p>Marcelo Antonio de Jesus Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores</p>	<p>Artur Manuel Tavares Resende Diretor Vice-Presidente</p>	<p>Renato Resende Paes Diretor de Controladoria e Planejamento Tributário Contador - CRC 1SP 308201/O-9</p>
---	--	--	--	---	---

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA DA ELETROPAULO

O Comitê de Auditoria da ELETROPAULO (Comitê) é órgão estatutário de assessoramento do conselho de administração da companhia, com autonomia operacional e orçamento próprio. Foi instituído pelo conselho de administração em 07 de agosto de 2017. Quatro de seus cinco membros são conselheiros de administração, três independentes. O presidente do Comitê é especialista financeiro, membro independente e não integra o Conselho de Administração. **Atividades exercidas no período:** O Comitê realizou dez reuniões presenciais e duas por teleconferência no período com mais de setenta horas de trabalhos colegiados. Na reunião de 9 de março de 2018, o Comitê encerrou seu ciclo de discussão e avaliação das Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2017. **Principais assuntos discutidos pelo Comitê:** Governança: Segregação da ELETROPAULO do Grupo AES, processos de governança para conformidade com a listagem no Novo Mercado; revisão, validação e recomendação das políticas da Companhia. **Auditoria Independente:** revisão da política de contratação de trabalhos de auditoria e instituição de processo de avaliação dos trabalhos da auditoria independente. Discussão dos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) e matérias de julgamento dos trabalhos de auditoria do exercício, da cédula de ajustes e do parecer das demonstrações financeiras de 2017, das recomendações e apontamentos do relatório de controles internos, do ambiente de controles e análise de propostas de outros trabalhos não de auditoria. O Comitê realizou reuniões em separado com os representantes da auditoria independente. O Comitê considerou adequados os trabalhos de auditoria independente no exercício de 2017 e não encontrou evidências de que não tenham sido efetivos. **Gestão de riscos:** discussão e aprovação de nova modelagem e acompanhamento dos trabalhos de segregação da auditoria interna, originalmente compartilhada pela ELETROPAULO e o Grupo AES, para a gestão direta e exclusiva da ELETROPAULO; acompanhamento do plano de trabalho, discussão dos achados de auditoria; encaminhamento da revisão da diretriz para trabalhos de auditoria interna da Companhia; integração da auditoria interna com controles internos, gestão de riscos e conformidade; discussão e recomendação de aprovação do plano de auditoria para o exercício de 2018. **Controles Internos:** plano de migração dos controles internos, originalmente compartilhados pela ELETROPAULO e o Grupo AES para gestão exclusiva e independente da ELETROPAULO; discussão dos controles críticos chaves; avaliação de contratação de controlador externo para aperfeiçoamento dos controles internos. **Gestão de riscos:** discussão e aprovação de nova modelagem para os processos de gestão de riscos; discussão dos procedimentos de gestão de riscos cibernéticos; discussão da lista de riscos-chave, mapa de riscos, como nosa auditoria conduziu esse assunto.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício e considerando, ainda, o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela Ernst Young Auditores Independentes, e Relatório emitido pelo Comitê de Auditoria da Companhia, opina por unanimidade que as Demonstrações Contábeis e correspondentes Notas Explicativas e o Relatório Anual da Administração referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária prevista para ocorrer em 27 de abril de 2018.

Mário Daud Filho	Mário Shinzato	Raimundo Cláudio Batista	Wilton de Medeiros Daher	Karen Sanchez Guimarães
------------------	----------------	--------------------------	--------------------------	-------------------------

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

eficácia dos controles internos sobre a contabilização dos gastos com infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para a tal contabilização, o volume de custos com pessoal e componentes menores, quando comparado com os dados históricos, os padrões da indústria e o exame, em base de testes, da documentação suporte para os gastos incorridos durante o exercício de 2017 com base nessas políticas. Realizamos também recálculo da determinação e atualização do ativo financeiro realizado pela Companhia, discutimos as premissas utilizadas pela Administração, confrontando com informações externas do mercado e estabelecidas pelo Poder Concedente, assim como observamos as variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias anuais e periódicas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios determinados pela Administração da Companhia para definição dos gastos elegíveis a capitalização como custo da infraestrutura, as premissas utilizadas na determinação e avaliação do ativo financeiro, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Ativos e passivos financeiros setoriais**
A Companhia possui saldos de ativos e passivos setoriais de R\$ 18.288 mil e R\$ 113.379 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017, decorrentes das diferenças operacionais entre os custos homologados que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa, os quais serão liquidados por ocasião do próximo período tarifário. Os saldos a serem recebidos ou devolvidos via tarifa quando do processo tarifário anual são determinados com base em um volume significativo de critérios definidos pelo Poder Concedente, e sujeitos à revisão e homologação por parte do mesmo. Este assunto está divulgado na nota explicativa 12 às demonstrações contábeis. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a complexidade dos controles necessários para acompanhamento dos saldos e, em alguns casos, na determinação do valor desses ativos e passivos, assim como quanto ao processo de revisão e homologação dos mesmos por parte do Poder Concedente e sua consideração na base tarifária da Companhia. Como nosa auditoria conduziu esse assunto. **Nossos procedimentos de auditoria incluem,** entre outros, a análise dos cálculos para a determinação e atualização dos ativos e passivos setoriais contabilizados pela Companhia, a discussão sobre as premissas utilizadas pela Administração para seu reconhecimento e mensuração, o confronto com informações externas do mercado e estabelecidas pelo Poder Concedente, assim como a análise das variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias anuais. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os controles mantidos e a metodologia utilizada pela Administração da Companhia para determinação dos saldos dos ativos e passivos financeiros setoriais estão de acordo com os critérios definidos pelo Poder Concedente, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos**
Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraudes ou erros e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas em nossos trabalhos, bem como as deficiências significativas em nossos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias excepcionalmente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Em 2017, a atuação social voluntária da Companhia foi gerida pelo Instituto AES Brasil, com foco promover inovação social. A Companhia investiu em projetos em quatro programas: Formação do Cidadão, Inovação para o Desenvolvimento Social, Empreendedorismo Social, Consciente e Voluntariado, com recursos financeiros próprios e do Programa de Eficiência Energética. Conforme divulgado na nota explicativa nº 28.1, a partir da migração para o Novo Mercado, o uso de recursos em projetos de interesse público deixou de ser responsabilidade do Instituto AES Brasil e passou a ser gerido pela Companhia.

32. Investimentos e gastos em meio ambiente

A Companhia manteve em 2017 seu escopo de certificação ambiental ISO 14001 e mantém programas e práticas que evidenciam a sua responsabilidade para com o meio ambiente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante dos investimentos foi no valor de R\$ 75.355 (R\$ 76.543 em 31 de dezembro de 2016), sendo R\$ 72.174 (R\$ 56.225 em 31 de dezembro de 2016) registrados no resultado do exercício e R\$ 3.181 (R\$ 20.318 em 31 de dezembro de 2016) destinados a investimento ao ativo imobilizado. Foram realizados gestão de sustentabilidade urbana, gestão de resíduos, licenciamentos e compensações ambientais, gestão de passivos ambientais, manutenção de áreas verdes, treinamentos e comunicação.

33. Demonstrações contábeis regulatórias - DCR

Em consonância com a Resolução Normativa nº 605 da ANEEL publicada em 11 de março de 2014 e ao despacho de encerramento nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017, a Companhia divulgará as suas Demonstrações Contábeis Regulatórias - "DCR", referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 até 30 de abril de 2018 no seguinte site <http://ri.eletpaulo.com.br/>.

34. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações contábeis, apresentados por maturidade de vencimento, cujos valores foram calculados considerando os preços vigentes e montantes contratados nesta data:

Transmissão	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2023
CTEEP	79.829	79.829	79.829	79.829	79.829	478.974
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD	10.542	10.542	10.542	10.542	10.542	63.251
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	1.439.549	1.486.460	1.502.278	1.265.411	1.265.411	7.592.469
Itaipu/Furnas	201.943	201.943	201.943	201.943	201.943	1.009.714
Total	1.731.863	1.778.774	1.794.592	1.557.725	1.557.725	9.144.408

Arrendamento mercantil operacional	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2023
Imóveis	18.418	17.602	16.252	15.181	13.910	48.816
Outros alugueiros	2.302	1.594	693	693	462	48.816
Total	20.720	19.196	16.945	15.874	14.372	48.816

Abaixo, estão demonstrados em MWh os compromissos contratuais futuros de compra de energia em 31 de dezembro de 2017, incluindo os montantes homologados anualmente pela ANEEL (Itaipu, Proinfla, Angra e cotas de garantias):

Contrato de compra de energia - MWh	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2023
Itaipu	8.736.412	8.638.748	8.381.440	8.077.649	7.985.345	47.983.110
PROINFRA	837.848	837.848	837.848	837.848	837.848	2.513.544
Leilão CCEAR (Hidrelétrica);	10.880.478	8.559.975	8.761.844	8.740.023	8.740.023	236.074.077
Leilão CCEAR (Térmica);	5.550.014	6.200.680	6.916.335	7.269.862	7.269.862	91.876.419
Leilão CCEAR (Outros);	1.728.269	2.228.226	2.272.475	2.266.266	2.266.266	61.226.369
Angra 1 e 2 (Nuclear);	1.631.309	1.631.309	1.631.309	1.631.309	1.631.309	32.626.173
Cotas de garantia física	9.699.269	9.673.726	9.781.457	9.835.746	9.836.322	9.836.898
Total	39.063.599	37.770.512	38.582.708	38.658.703	38.566.984	462.136.590

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Taxa de Ficalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, cujos montantes também são homologados pela ANEEL (nota explicativa nº 23). A Companhia não possui garantias prestadas a terceiros e linhas de crédito aprovadas e não sacadas em 31 de dezembro de 2017, exceto a linha de crédito citada na nota explicativa nº 15.1.

35. Eventos subsequentes

35.1. Empréstimo, financiamentos e debêntures obtidos após 31 de dezembro de 2017
As captações de dívidas relacionadas abaixo foram realizadas entre a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e a data de aprovação destas demonstrações contábeis: